



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA  
SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA GLEICYKELLY NASCIMENTO DE LIMA**

**O ATIVISMO FEMININO NA CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA DA COR  
NO CEARÁ: O PROTAGONISMO FEMININO NO MOVIMENTO  
NEGRO**

**FORTALEZA-CE  
2019**

MARIA GLEICYKELLY NASCIMENTO DE LIMA

O ATIVISMO FEMININO NA CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA DA  
COR NO CEARÁ: O PROTAGONISMO FEMININO NO  
MOVIMENTO NEGRO

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Socorro Martins.

FORTALEZA-CE

2019

MARIA GLEICYKELLY NASCIMENTO DE LIMA

O ATIVISMO FEMININO NA CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA DA COR NO CEARÁ: O  
PROTAGONISMO FEMININO NO MOVIMENTO NEGRO

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Maria do Socorro Lima Martins Matos (Orientadora)

RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Luciana Gomes Marinho

RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes

RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

A todas as mulheres pretas que por anos veem sendo invisibilizadas e silenciadas nessa estrutura social.

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Ms. Socorro Martins, pela excelente orientação, paciência e dedicação na construção deste trabalho.

Às professoras participantes da banca examinadora, Profa. Virzângela Sandy e a Profa. Luciana Gomes, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À querida Profa. Fernanda Ielpo, por me apresentar a filósofa, feminista, acadêmica brasileira, pesquisadora e mestra em Filosofia Política, Djamila Ribeiro.

À Profa. Cristiane Oliveira por me despertar quanto ao assunto abordado neste trabalho. Serei eternamente grata.

À minha supervisora de estágio, Andréa Lacerda. Obrigada por me fazer acreditar em dias melhores, obrigada por acreditar em mim.

À minha Mãe, Edna Maria. Essa é a realização do nosso sonho. Sem você eu não seria ninguém.

À minha tia, Angelina Alberto, que foi minha companheira em todo seu tempo de vida e que de alguma forma se faz presente na materialização deste feito.

À minha avó, Maria das Dores, que é meu amparo desde a infância.

À minha amiga de curso e de vida Angeline Dias, pela doação e cuidado durante todo o período em que nos conhecemos.

Ao Gab Pontes, por me ajudar desde na construção do TCC I, você foi fundamental.

À poderosa Liniane Santos, por ser referência para mim.

À minha amiga Germana Freitas, por me apresentar o grupo de estudos sobre Violências raciais e resistências negras.

À Vanessa Nunes, minha amiga e companheira, que permaneceu, que me ouviu, falou e acreditou que eu conseguiria, e eu consegui. Isso aqui não seria possível sem seu apoio. Obrigada por ficar.

*“Estrela que brilha, clareia a trilha  
Ilumina e guia o meu caminhar  
Alumeia um pouquinho esse meu caminho  
Me dê uma luz, tá difícil enxergar  
Quanto mais eu ando, mais escuro fica  
Me dê uma dica pra poder seguir  
Não sei o que faço  
Se ando, se paro, se corro, se sigo, se fico aqui  
Tome minha boca pra que eu só fale  
Aquilo que eu deveria dizer  
A caneta, a folha, o lápis  
Agora que eu comecei a escrever  
Que eu nunca me cale  
O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar  
Sou Frida, sou preta, essa é minha treta  
Me deram um palco e eu vou cantar  
Canto pela tia que é silenciada  
Dizem que só a pia é seu lugar  
Pela mina que é de quebrada  
Que é violentada e não pode estudar  
Canto pela preta objetificada  
Gostosa, sarada, que tem que sambar”*

*Bia Ferreira*

## RESUMO

O presente trabalho aborda as diversas significações do movimento feminista negro presente no estado do Ceará, a partir da apresentação de três grupos e /ou coletivos que se destacam em suas atividades. Intentamos nesta investigação identificar as principais atividades desses grupos bem como verificar a identificação das integrantes e diferenças e semelhanças entre eles. Notamos que tais movimentos têm aparecido no Estado de forma tímida, tanto pela invisibilidade da população negra como pelo apagamento de sua história em fontes bibliográficas. A identificação do povo cearense é corrompida por estereótipos do que significa ser negro(a) em nossa sociedade. Desta feita, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental para evidenciar tais rebatimentos do racismo sobre o reconhecimento da pertença étnico-racial de mulheres negras, bem como suas lutas cotidianas para que suas especificidades sejam reconhecidas.

**Palavras-Chave:** Feminismo Negro. Movimentos Sociais. Pertença Étnico-Racial.

## ABSTRACT

This work means the different meanings of the black feminist movement present in the state of Ceará from the presentation of three groups and/or groups that stand out in their activities. In this research, we try to identify the main activities of these groups as well as verify the identification of the members and differences and similarities between them. We note that such movements have shyly appeared in the state, both due to the invisibility of the black population and the erasure of their history in bibliographic sources. The identification of the people of Ceará is corrupted by stereotypes of what it means to be black in our society. This time, we conducted a bibliographic and documentary research to highlight such rebuttals of racism about the recognition of ethnic-racial belonging of black women, as well as their daily struggles so that their specificities are recognized.

Keywords: Black Feminism. Social Movements. Racial Ethnicity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>19</b>
2.1 Como Djamilia já dizia: “Opiniões também matam”.....	19
2.2 Saindo de um dos armários.....	20
2.3 Descobrindo o objeto: maravilhas e angústias da pesquisa.....	20
<b>3 DOS NEGROS E NEGRAS DO BRASIL-COLÔNIA À ABOLIÇÃO INACABADA</b> .....	<b>23</b>
3.1. Processo Colonizador.....	23
3.2 A chegada dos (as) negros (as) no Brasil.....	25
3.3 Desintegração do sistema escravocrata e abolição inacabada.....	29
<b>4 UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO: A HISTÓRIA DAS MULHERES NO MUNDO</b> .....	<b>35</b>
4.1 A categoria “Gênero” e a luta das mulheres.....	35
4.2 O Contexto histórico feminino na sociedade brasileira.....	41
4.3 Surgimento do movimento feminista.....	45
<b>5 O QUE MUDA COM A COR DE PELE?</b> .....	<b>52</b>
5.1 Mulheres negras e resistência: reflexões sobre o feminismo negro.....	52
5.2 Movimento negro e mulheres negras em ação.....	57
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso refere-se à trajetória do Movimento de Mulheres Negras no Ceará. De acordo com o site do Sindicato dos Jornalistas no Ceará (2008)<sup>1</sup>, o estado conta com alguns coletivos que pautam o desenvolvimento da população negra e luta contra a opressão dessa população, são exemplos: o Grupo de

União e Consciência Negra (Grucon), o Grupo Filhos d'África, o Grupo de Mulheres Negras no Ceará, os Agentes de Pastoral Negros (APNPs), o Movimento Negro Unificado (MNU), as Tambores de Safo, Enegrecer, Instituto Negra do Ceará, Mulheres Negras Resistem, Pretas Simoa entre outros.

Além dos movimentos presentes no Ceará, o Brasil inteiro também se manifesta contra a discriminação da mulher negra. No ano de 2015 aconteceu a primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras, que reuniu mais de dez mil participantes. O principal intuito desse movimento era a defesa da “[...] cidadania plena das negras brasileiras, manifestarem-se contra o racismo e a violência e honrarem os ancestrais”.<sup>2</sup>

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013) “[...] em 2009, as mulheres negras respondiam por cerca de um quarto da população brasileira. Eram quase 50 milhões de mulheres em uma população total que, naquele ano, alcançou 191,7 milhões de brasileiros(as)” (IPEA, 2013, p. 19)

Logo, o objetivo principal do nosso trabalho é verificar a contribuição dos grupos e coletivos feministas negros para a luta feminina e antirracista no estado do Ceará. E tem como objetivos específicos analisar a trajetória do Movimento Feminista Negro e suas principais atividades; compreender como se dá a identificação das integrantes com os coletivos em questão e; identificar as similitudes e diferenças que tais movimentos possuem entre si.

Ao abordar o Feminismo, trazemos concepções e questionamentos relevantes sobre este grupo que historicamente tem sido marginalizado. Nesta investigação nos

---

<sup>1</sup> CASTRO, Samira de. Lutas dos movimentos negros brasileiro e cearense seguem atuais e necessárias. Disponível em: <http://www.sindjorce.org.br/lutas-dos-movimentos-negros-brasileiro-e-cearense-seguematuais-e-necessarias/>. Acesso em: 16 set. 2019.

<sup>2</sup> Marcha das Mulheres Negras: dez mil participantes se reúnem em Brasília contra o racismo e a violência. Disponível em: <https://www.renatoroseno.com.br/noticias/marcha-das-mulheres-negras-dezmil-participantes-se-reunem-em-brasilia-contr-o-racismo-e-a-violencia>. Acesso em: 16 set. 2019.

referimos ao feminismo negro, ao perceber que existe uma hierarquização diferente na sociedade quando pensamos nas opressões de raça e gênero que aquelas(es) que são tratadas(os) como “minorias” sofrem no decorrer de suas vidas. “Mulheres negras vêm historicamente pensando a categoria mulher de forma não universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades de ser mulher” (RIBEIRO, 2016, p. 100).

Em determinado momento da graduação passamos a nos questionar tanto sobre o que nos motiva a estar naquele curso, como no que deixaremos de contribuição ao término dele. A partir de meu<sup>3</sup> reconhecimento enquanto mulher negra, comecei a me questionar sobre esse significado. O que representa ser uma mulher na sociedade atual? Quais os desafios que precisamos superar diariamente para ocuparmos os espaços sociais e privados, e para além disso, como é ser uma mulher negra pleiteando a igualdade de direitos que sempre nos foi negada?

Dessa forma, também me fiz pensar sobre se esse era um questionamento solitário. É certo que existem outras como eu, mas onde elas estariam? Assim, conversando com uma professora sobre minhas inquietações acerca do assunto, tomei conhecimento da existência da INEGRA, que se constitui enquanto movimento que pauta o feminismo negro de referência no estado do Ceará. Nessa perspectiva, decidi que precisava saber mais sobre o assunto.

Além disso, a escolha do tema em questão se deu a partir da percepção de que esse é um assunto que merece ser explorado com um cuidado maior, ao passo que percebemos que o movimento feminista em geral não dá conta das necessidades específicas de mulheres negras que passam por opressões ainda maiores que mulheres brancas. De acordo com o IPEA (2013, p. 19):

[..] nota-se que, em 2009, do total de mulheres, 50% eram negras e 49,3% eram brancas, indicando uma participação relativa maior de negras em comparação às brancas, tal como já havia sido verificado em 2008 para a população de forma geral. Interessante notar que, desde 1995, ano em que o Retrato inicia sua série histórica de acompanhamento de indicadores, foi apenas a partir de 2008 que as mulheres negras passaram a ser mais numerosas que as brancas, tanto em termos absolutos quanto relativos. Em 2008, já havia quase 70 mil negras a mais que brancas, número que salta para quase 600 mil, em 2009.

---

<sup>3</sup> Peço permissão à(ao) leitor(a) para tratar na primeira pessoa por se tratar da parte pessoal de minha justificativa.

Esses dados não demonstram que houve um crescimento demográfico na perspectiva da população negra, mas que passou a existir uma mudança na forma que as pessoas se identificam. De alguma forma, a maneira como as pessoas percebem seu tom de pele se modificou “[...] e isto certamente tem sido influenciado pela inserção cada vez mais intensa na agenda pública – seja via movimentos sociais, seja via ação do Estado – dos temas de raça, etnia, discriminação e desigualdade” (IPEA, 2013, p. 20).

Dito isso, é preciso afirmar que não desconsideramos que mulheres brancas sofrem opressões diariamente, mas ponderamos que elas estão numa posição de privilégio quando comparamos à situação vivenciada por mulheres negras. De acordo com Ribeiro (2016, p. 100), enquanto as mulheres brancas “[...] lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas. E essa diferença radical fazia toda a diferença”. Assim, ao refletir sobre o feminismo negro e lutar para que as necessidades dessas mulheres sejam atendidas, estamos também atingindo os objetivos de mulheres brancas, levando em consideração a posição que ocupam na sociedade.

No mais, essa discussão é necessária ainda para o bom desempenho da prática profissional da(o) assistente social. No curso existe uma carência enorme sobre as categorias que serão trabalhadas aqui. Apesar que no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993) temos como princípios fundamentais o “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e discussão das diferenças” e “Exercício do Serviço Social se ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, [...] identidade de gênero, idade e condição física”. O que podemos verificar nos nossos campos de estágio, assim como em outros equipamentos o qual a(o) assistente social está inserida(o) é que nem sempre esses princípios são seguidos à risca, devido à falta de acesso a assuntos específicos, bem como as atitudes discriminatórias que estão expostas(os).

Desta feita, iniciaremos agora uma breve discussão sobre feminismo, raça e movimentos sociais, que se constituem enquanto as categorias que serão exploradas neste trabalho.

O feminismo se constitui enquanto um movimento político social que busca a desconstrução de padrões sociais relacionados ao gênero. Este envolve diversos movimentos que tem como finalidade lutar por igualdade entre homens e mulheres. Esta

atividade pretende obter além de direitos legais (direito ao voto, à propriedade etc.), direito a integridade física e autonomia do corpo feminino. O Movimento Feminista teve início entre o final do século XIX e início do século XX no Reino Unido e nos Estados Unidos, movimento esse de cunho reivindicatório, que tinha o foco originalmente na promoção da igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para homens e mulheres. (PINTO, 2010)

Na década de 1980, as mulheres passam a ocupar espaços que anteriormente não alcançavam, um deles foi o ambiente universitário. Foi assim que suas histórias além de serem protagonizadas por elas, eram também narradas pelas mesmas. A intelectualidade não estava mais a cargo do sexo masculino (SCOTT, 1979).

No Brasil, a discussão sobre a história das mulheres teve início dez anos mais tarde. Influenciadas por autoras europeias e norte-americanas, intelectuais brasileiras passaram a dar mais atenção sobre essa categoria que vinha surgindo. Categoria essa que mesmo após dez anos, ainda não estava plenamente desenvolvida (RAGO, 1998).

Diante da história de luta em defesa das mulheres, foram criadas leis em seu benefício. No Brasil, as principais leis de amparo e proteção são as conhecidas “Lei Maria da Penha” e “Lei do Femicídio”. Em 2006, entrou em vigor a Lei nº 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, onde se trabalha a violência doméstica e familiar contra a mulher, e em 2015, foi criada a Lei nº 13.104, que modifica o Código Penal colocando o feminicídio enquanto uma forma de homicídio qualificado, crime este que é tratado de forma hedionda, ou seja, inafiançável, a fim de dar maior visibilidade ao problema. Apesar de contarmos com políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica, os índices demonstram que as vidas das mulheres negras não são alcançadas de maneira efetiva por estas. Compreende-se que o recrudescimento do racismo, do conservadorismo e do machismo são elementos que impactam negativamente na vida das mulheres.

De acordo com a matéria do site Rede Brasil Atual (2018), as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no Brasil. Além disso, elas são as que mais sofrem violência doméstica, totalizando 58% das ligações do canal “Disque 180”, bem como são as que mais experimentam situações de violência obstétrica, criminalização do aborto e mortalidade materna. Para Carneiro (2001, p.04) é extremamente relevante se pensar em um feminismo negro:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

A crítica feminista veio para desmistificar o estudo sobre o gênero, que se refere apenas a construção social do sexo, algo que é cultural, chegando à conclusão de que a capacitação para determinada tarefa não é produzida originalmente pela natureza dos sexos, mas pela cultura que simboliza as atividades como femininas ou masculinas. A sociedade faz esta organização com base na diferença entre sexos, levando em conta também outros fatores importantes para o seu delineamento como classe e etnia (SCOTT, 1989).

Nesta perspectiva, o conceito de interseccionalidade aparece como mais uma forma de afirmação sobre a necessidade de pautas que tornem viáveis e deem visibilidade a luta das mulheres. Assim, levando a considerá-las não apenas em sua generalidade, mas como também em suas particularidades. Posto que, estas constituem e refletem significativamente a conjuntura na qual a mulher está inserida. (HIRATA, 2014)

O interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como fica evidente nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego (HIRATA, 2014). Explica Ribeiro (2016, p.101):

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável.

Por conseguinte, se faz imprescindível que nos debruçemos também sobre a categoria raça. Esta pode ser interpretada a partir de dois sentidos: o biológico, que irá se referir a raça humana e; o sociológico que atribuirá sentido aos “[...] discursos sobre as

origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc.” (GUIMARÃES, 2008, p. 66).

Abordaremos raça de acordo com o sentido sociológico, e a utilizaremos tanto para falar sobre discriminação social racial, como sobre categoria identitária que mobiliza os movimentos sociais negros para a reivindicação de direitos historicamente negados assim como injustiças historicamente cometidas.

Madeira (2017), elucida que no Brasil foram identificadas algumas abordagens no estudo das discriminações raciais, a autora cita: as relações sociais encaradas a partir do mito da democracia racial<sup>4</sup> e processo de miscigenação; expressões do racismo enquanto resquício das relações escravistas e; desigualdades raciais como submissas as desigualdades de classes<sup>5</sup>. Para a autora:

É necessário, para o entendimento da questão racial no Brasil, o diálogo por meio de uma teoria crítica, numa perspectiva histórica que seja reveladora de como se constituiu a formação econômica, social, política e cultural e a ação política dos sujeitos com suas condições específicas nesse país, do que representou o escravismo, a abolição inacabada e o que foi reeditado na formação social em termos de produção econômica e reprodução da cultura, das subjetividades e do pertencimento racial. Por meio de elaborações teóricas, abre-se a possibilidade de revelar as múltiplas determinações dos fenômenos, as formas de exploração e opressão e, acima de tudo, a compreensão de como a população na sua diversidade vive, sobrevive e vivencia sua própria constituição, sua visão de mundo, sua cosmologia e cosmogonia para melhor viver, com reconhecimento e acesso a justiça e direito. (MADEIRA, 2017, p. 25)

As formas de resistência do povo negro são inúmeras, se dão no Brasil desde a época do escravismo, com o erguimento dos quilombos. Hoje podemos observar a reivindicação de ser considerado (a) em sua diferença, o respeito do pertencimento à família negra que se conceberam no escravismo e assim por diante (MADEIRA, 2017). Além disso, se estabelecem também no formato de movimentos sociais.

De acordo com Craveiro e Hamdan (2015), não existe uma homogeneidade ao se tratar do conceito de movimentos sociais. Alguns autores(as) consideram movimentos sociais aqueles nascidos a partir da relação contraditória entre capital trabalho, outros(as) consideram as pautas políticas que unem os sujeitos por um objetivo em comum. Aqui,

---

<sup>4</sup> Conforme Madeira (2017) a democracia racial se constitui no mito de que negros e negras partilham das mesmas oportunidades que pessoas brancas.

<sup>5</sup> Nesta perspectiva, após a resolução das desigualdades sobre as classes sociais, o racismo também seria resolvido.

nos basearemos na compreensão de Gohn (2008), definido por seu caráter político, onde determinado grupo de pessoas luta para efetivar seus ideais, o que os faz de extrema importância para a sociedade civil, como forma de manifestação e reivindicação.

Como exemplos de movimentos sociais, podemos citar: Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Operários, Movimento Indígena, Movimento Negro (contra o racismo e segregação racial), Movimento Feminista, Movimento LGBT, entre outros. Esses possuem uma atuação forte e persistente que vão para além de seus objetivos políticos, não se limitando apenas a manifestações. É a partir desta movimentação que a população ganha mais voz e garante seu espaço (SOUZA, 2008).

Como já mencionado, este trabalho tratará sobre o feminismo negro enquanto movimento social. Conforme Carneiro (2001, p. 3):

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra.

O tema proposto traz sérias reflexões ao nosso cotidiano, traz consigo dados alarmantes mostrando a diferença existente entre mulheres e homens, e entre mulheres brancas e mulheres negras. Nos últimos anos, temos assistido a uma série de retrocessos, entre eles: a criminalização do aborto e recorrentes episódios de violência contra as mulheres em vários âmbitos da vida social. Tudo isso indica que há muito a ser percorrido e que o feminismo, mesmo mal visto por alguns setores da sociedade, ainda tem muito a cumprir na história da nação.

Para a elaboração deste trabalho, pesquisar sobre esses assuntos se faz essencial. De acordo com Minayo (1998, p. 17), a pesquisa se caracteriza como uma “[...] atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”. Além disso, a pesquisa é responsável por associar o pensar e o agir, apesar de configurar-se enquanto prática teórica. Isso porque um problema só se compreende como tal se for percebido enquanto problema da vida prática. Além disso, ressaltamos a relevância da pesquisa social para este trabalho, por se tratar de um objeto histórico e mais especificamente por demonstrar uma identificação entre pesquisadora e objeto o que revela o compromisso com o tema a ser pesquisado.

Neste caso a metodologia de um trabalho científico, nos dizeres de Gil (1994), apresenta-se como passo que merece uma atenção especial, pois demarca que os dados

alcançados não divergem dos modos de obtenção, assim, as narrativas devem trazer de maneira detalhada os métodos empregados na pesquisa. Concordando com a afirmação acima, Minayo (1998, p. 16) ressalta que “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.”.

A investigação possui natureza qualitativa, natureza esta que agrega vários materiais empíricos e instrumentos de coleta diversos. Na pretensão de compreender melhor os movimentos cotidianos e/ou complexos da vida dos (as) interlocutores (as), o (a) pesquisador (a) se utiliza de diversas práticas interpretativas. Para definir de uma forma geral, Denzin e Lincoln (2016, p. 17) apontam:

[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Ainda sobre pesquisa qualitativa, Minayo completa abordando que este tipo de pesquisa se encarrega de “[...] um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (MINAYO, 1998, p. 21). Assim, a pesquisa qualitativa manipula uma certa totalidade de fatos humanos que estão inseridos na realidade social.

No horizonte da pesquisa qualitativa, a investigação se classifica em pesquisa bibliográfica que se dá a partir da reunião de livros, artigos científicos e outros materiais que já foram produzidos acerca do tema proposto. Este tipo de pesquisa, concede à (ao) pesquisador(a) o acesso a conteúdos de forma vasta, o que este(a) provavelmente não conseguiria alcançar traçando um caminho direto ao fenômeno que pretende abordar. (GIL, 1994)

Ademais, a pesquisa também se identifica enquanto documental, nesse sentido, também se preocupa com “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa” (GIL, 1994, p.73). Dito isso, nos utilizamos de documentos como: Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Código de Ética do (a) Assistente Social (1993), Lei Maria da Penha (2006) e Lei do Feminicídio (2015).

Em um primeiro momento, nosso objetivo era observar e entrevistar as integrantes do Instituto Negra do Ceará (INEGRA), pois o percebemos enquanto um grupo de referência sobre a pauta do feminismo negro em nosso estado. Contudo, o campo nunca é como se espera. Entramos em contato com algumas integrantes do INEGRA e as mesmas nos disseram da dificuldade de se reunirem, pois muitas precisaram priorizar alguns projetos pessoais. No mais, falaram ainda sobre não estarem recebendo pesquisadores(as), devido à falta de retorno destes e má interpretação de suas falas.

Assim, em decorrência das impossibilidades encontradas, tivemos de adaptar nossa investigação, retirando dela o campo e focando em alguns grupos, coletivos e movimentos em geral que pautem o feminismo negro dentro da cidade de Fortaleza. Fazendo com que a pesquisa se classifique como bibliográfica e documental.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos: No primeiro capítulo, abordamos nosso percurso metodológico, os trajetos que nos levaram até o objeto de pesquisa. No segundo, intitulado de: “Dos negros e negras do Brasil colônia à abolição inacabada”, realizamos uma aproximação com a categoria raça, a qual deu base ao nosso trabalho. Chamamos o terceiro capítulo de: “Um olhar historiográfico: a história das mulheres no mundo”, falamos do movimento feminista, sua definição, origem e quando chegou ao Brasil. Ao quarto capítulo demos o nome de: “O que muda com a cor da pele?”, tratamos do feminismo negro, com o recorte de raça atribuindo sentido as reivindicações que se estabelecem; neste, também apresentamos os grupos e coletivos pesquisados. Em seguida faremos as considerações finais a respeito da pesquisa em questão, destacando a importância que a mesma trouxe para o enriquecimento do aprendizado.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

### 2.1 Como Djamila já dizia: “Opiniões também matam”

Desde que comecei a entender um pouco sobre tom de pele, nunca quis ser negra. Provavelmente devido as reproduções de racismo que vivenciei deste tão cedo na minha família, na escola e pela sociedade em geral. Somos educados (as) a repudiar a pele negra, os fenótipos, o cabelo e tudo que lembre nossa ancestralidade. O mundo tenta nos embranquecer a cada dia, e para estarmos dentro dos “padrões”, vamos tentando seguir as regras.

Boa parte de minha criação veio da minha avó materna. Mulher negra, que nunca se reconheceu negra. Sempre odiando seus cabelos crespos e amando os meus que eram lisos, devido alguns traços que herdei da minha família paterna. Assim como minha avó, minha mãe, também negra, reproduzia os padrões embranquecedores. Não me deixavam cortar os cabelos, afinal, meus cabelos eram lindos, deviam permanecer grandes.

Durante minha infância, as mídias me apresentavam um modelo certo de beleza. Naquela época, três mulheres faziam sucesso com o público infantil. Todas brancas, loiras com os olhos claros. Quando eu me olhava no espelho, era assim que eu queria parecer.

Então não, eu não queria ser negra! Apesar de no fundo sentir a diferença de tratamento, eu me contentava em me dizer morena, na verdade, não foi me dada escolha. Ainda que meus cabelos fossem lisos, minha pele não era tão clara, meus lábios eram mais grossos do que minhas amigas brancas o que resultou no apelido de “biquara”.

Obviamente, eu não entendia aquilo como racismo. Na verdade, eu achava que as coisas eram assim porque deveriam ser, era isso que eu vivenciava rotineiramente, então acabei me “acostumando”. Fui instruída a me declarar como parda, por minha mãe ser negra e meu pai branco, e isso por um tempo me bastou, não era nem o ótimo e nem o ruim, estava contente com o meio termo.

Até que, algo me pegou desprevenida. Nunca tive muito contato com o meu pai, mas o que eu não sabia era que parte disso se dava pela minha cor de pele. Quando descobri, fiquei extremamente revoltada, aquilo mexeu comigo de uma forma que eu não imaginava ser possível. Lembro-me que nessa época estava fazendo cursinho pré-

vestibular, numa das fichas de inscrição mais uma vez perguntaram como eu me declarava, e foi nessa ficha que pela primeira vez marquei a opção negra, não por me reconhecer negra, mas na tentativa de negar qualquer coisa ou traço que viesse do meu pai.

## **2.2 Saindo de um dos armários**

O processo de me conhecer e reconhecer enquanto mulher negra é recente, não saberia dizer ao certo em que momento isso aconteceu, mas sei que o ingresso no ensino superior e acesso a outros saberes que não só os hegemônicos, contribuiu para a imagem que tenho de mim atualmente.

Essa trajetória nunca é fácil, pelo contrário, se perceber negra é um caminho de dores. Conseguir visualizar que coisas que você achava normal eram mordidas e agressões racistas nunca vem como um mar de flores, porém, quando compreendemos o que somos a partir da nossa cor de pele, dos nossos fenótipos e nossas heranças, isso faz toda a diferença.

Atualmente consigo entender situações que antes não faziam sentido para mim, como quando eu ia para uma entrevista de emprego e todas as outras candidatas tinham o mesmo perfil profissional que eu, ainda que eu fosse a mais comunicativa e com melhor apresentação, eu não era a escolhida.

Nessas situações me perguntava o que tinha de errado comigo. Me descobrir negra fez com que eu também descobrisse que não havia erro algum comigo, o erro estava num passado de quase 400 anos, quando os povos negros foram arrastados de seu espaço e trazidos para prestarem trabalho escravo, e que tudo que eu passava e sentia, nada mais era do que resquícios dessa abolição inacabada.

A quebra do silêncio, a saída do armário embranquecedor me fez mais forte, por poder compartilhar entre os meus as “dores e delícias” de ser quem eu sou, de ter minha cor e de resistir.

## **2.3 Descobrindo o objeto: maravilhas e angústias da pesquisa**

Quando comecei a disciplina de TCC I, meu objeto era um pouco diferente. Queria falar sobre o movimento feminista. Foi quando minha professora, Cristiane Oliveira, percebendo que eu estava um tanto perdida no meu tema inicial, sugeriu que eu falasse do feminismo negro. Até então, eu não conhecia esse recorte dentro do feminismo e me senti receosa. Costumava pensar que no processo da escrita da monografia nós chegávamos com uma intenção, mas logo nosso (a) orientador (a), convertia essa para uma outra perspectiva.

Me lembro de sair da sala confusa sobre a sugestão, mas comecei a pensar a respeito da mudança. Eu ainda não tinha optado pela mudança, foi quando participei de um espaço na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, onde estavam as integrantes da INEGRA, e a presidenta do instituto, Francisca Sena, estava fazendo uma fala.

Aquele momento foi incrível, eu olhava em volta e via os (as) estudantes da universidade, em sua maioria brancos e classe média alta, lotarem aquela sala para ouvirem uma mulher negra, falar. Foi ali que decidi pesquisar o movimento feminista negro, fazendo um recorte particular para falar da INEGRA.

Como mencionado anteriormente, a descoberta da existência da INEGRA me encheu de inquietações. Sabendo que se tratava de um coletivo-referência tanto em âmbito estadual como nacional, logo me empolguei para saber mais.

O projeto de pesquisa que hoje resulta no trabalho de conclusão de curso em questão já tem um certo tempo de espera para acontecer. Devido alguns fatores e obstáculos, levou mais tempo do que eu gostaria para encerrar esse ciclo.

Durante esse tempo, tentei estar próxima o quanto podia do meu preterido objeto. Buscava saber nas redes sociais acerca de suas reuniões e movimentações, ia em eventos em que os movimentos de mulheres negras se faziam presentes e trocava informações com colegas que tinham mais acesso às integrantes do instituto. Como não sabia ao certo quando poderia executar o TCC, tentei uma aproximação cuidadosa, sondando de que forma chegaria nas interlocutoras.

O momento tão esperado e chegou e com ele, vieram os desafios. Pedi ajuda a uma amiga que era amiga em comum de uma das integrantes o contato da mesma. Tentei contatá-la, mas não obtive resposta. Minha amiga então tentou fazer a ponte entre nós. Foi quando a integrante do coletivo nos disse que elas não estavam aceitando pesquisadoras (es), devido a vários fatores, um deles seria a dificuldade que as mesmas estavam encontrando para se encontrar.

Mesmo com essa negativa, não desisti. Consegui o contato de outra integrante, que basicamente, me falou a mesma coisa, e completou dizendo da falta de retorno que a INEGRA tinha dos(as) pesquisadores(as) que as procuravam. Isso me pareceu algo que tinha uma grande importância na negação das mulheres que busquei.

Em um primeiro momento fiquei desmotivada e apavorada. Sabia a importância do campo para esse trabalho e a necessidade que existia em mim de falar sobre o assunto. Mas com o tempo, consegui ressignificar este acontecimento. Pensar na perspectiva de que talvez eu precisasse me aproximar não só da INEGRA, mas pensar outros grupos de mulheres negras do Ceará.

Apesar do difícil acesso a estes, as leituras e descobertas me encantaram. Me encheram de força e resiliência, tanto para dar continuidade a investigação, quanto para resistir enquanto mulher negra.

Desta feita, hoje considero que o obstáculo materializado com a falta de disponibilidade do coletivo que se pretendia estudar, deu lugar a uma experiência de autoconhecimento e reconhecimento, bem como seguimento ao aprendizado acumulado tanto socialmente quanto academicamente. Por isso, julgo imprescindível a conclusão desta pesquisa e os resultados que decorrem dela.

### 3 DOS NEGROS E NEGRAS DO BRASIL-COLÔNIA À ABOLIÇÃO INACABADA

#### 3.1 Processo Colonizador

Durante os séculos XV e XVI, portugueses e espanhóis aventuraram-se nas temíveis navegações marítimas nos oceanos Pacífico, Índico e Atlântico, e fizeram o que nenhum outro europeu tinha conseguido: contornaram a África, alcançaram o Oriente e encontraram a América, momento em que iniciaram o grande encontro mundial entre diferentes povos. Era a humanidade dando um passo importantíssimo, promissor e responsável pelas conquistas e suas respectivas consequências geradas. Os motivos que levaram a essa aproximação e à iniciativa das viagens foi o desejo de comprar especiarias, como canela, pimenta, cravo, entre outras, e também a necessidade de conquistar novas terras para poder obter matérias-primas, metais preciosos e produtos que não se encontrava no Continente Europeu. Assim, continuaram a viagem, pois já contavam com objetos que facilitavam ainda mais a navegação, como: bússola, caravela, astrolábio e armas de fogo (FAUSTO, 1996).

Em 1492 Cristóvão Colombo “descobriu” a América, continente que já possuía milhares de seres humanos. Além de se maravilhar com as belezas naturais, Colombo mostrava uma enorme preocupação com o ouro e para tê-lo em mãos, mandava castigar o índio que não conseguisse lhe trazer nada. Ele pensava estar nas Índias orientais; entretanto, no início do século XVI, o cartógrafo e navegador italiano Américo Vespúcio percebeu que ele na verdade havia encontrado outro continente. Devido sua descoberta, o novo mundo foi chamado de América, em homenagem ao seu nome (SCHMIDT, 2005).

No dia 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral afastou-se das costas africanas e, chegando ao atual Brasil, verificou que em nossas terras existia uma árvore denominada pau-brasil e seu lenho servia para fabricar um corante vermelho de grande importância para o tingimento dos tecidos. A madeira era ótima para móveis e seu preço era alto na Europa (SCHMIDT, 2005).

Para suprir os interesses econômicos de Portugal no Brasil recém-descoberto, os portugueses praticavam o escambo, que consistia na troca de mercadorias ou serviços sem fazer o uso da moeda, trocando com os índios, por exemplo, a extração do pau-brasil por

bugigangas, exemplo: machados, facões, instrumentos de trabalho, espelho, corda. Neste momento podemos demarcar ainda a chegada da Companhia de Jesus, que tinha o objetivo de evangelizar os índios, ensinar a tocar e confeccionar seus instrumentos, a esculpir anjos e combater o protestantismo, inserindo, assim, o catolicismo nas regiões recém-descobertas, bem como transmitir-lhes os costumes europeus e a língua portuguesa (FAUSTO, 1996).

Os primeiros moradores do Brasil eram visualizados como selvagens, e precisavam ser civilizados de acordo com os costumes e crenças da atual metrópole, para que aceitassem ser explorados por estes. O monopólio do pau-brasil, iniciado logo após o descobrimento, teve, aproximadamente, a duração de três séculos, mas foi perdendo sua importância à medida que outras atividades despertaram o interesse da Coroa:

Os colonos portugueses recorreram à exploração do trabalho dos povos indígenas que habitavam a costa brasileira. A escravidão foi um tipo de trabalho forçado também imposto às populações nativas. O índio escravizado era chamado de “negro da terra”, distinguindo-o assim do “negro da guiné”, como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII. Com o aumento da demanda por trabalho no corte do pau-brasil e depois nos engenhos, os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios que habitavam em locais mais distantes da costa. Através das chamadas “guerras justas” comunidades indígenas que resistiram à conversão ao catolicismo foram submetidas à escravidão (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 40).

Na capitania da Bahia, por exemplo, havia outro produto que começava a prosperar – a cana-de-açúcar –, que, em virtude do seu bom desenvolvimento nos Estados da Bahia e Pernambuco, rapidamente tornou o Brasil o maior produtor de açúcar do mundo, porém o país era pouco povoado, faltando, assim, mão de obra suficiente para o plantio e produção de cana. Desse modo, os portugueses utilizaram ainda mais os índios. Entretanto os indígenas também desenvolveram suas formas de resistência, fugiam, atacavam propriedades, adoeciam e morriam. Para suprir essa necessidade, o Rei de Portugal permitiu a vinda dos africanos para trabalharem como escravos em nossas lavouras, o que se tornaria muito lucrativo. Contudo, a chegada de negros e negras não contribuiu somente com a economia, mas também na questão cultural e social. Em muitos lugares da América predominou a escravidão de origem africana. Foi o caso de Cuba, Jamaica, Haiti e Brasil (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006).

### 3.2 A chegada dos(as) negros(as) no Brasil

A presença negra no Brasil foi verificada a partir da primeira metade do século XVI e perdura até os dias atuais. O tráfico negreiro enriqueceu muitas pessoas, deu poder aos donos das embarcações que supriam as necessidades dos senhores de engenho com negros(as) a serem escravizados(as) em serviços domésticos na casa grande e na indústria açucareira. Os maiores traficantes de negros(as) eram moradores do Brasil, não de sua metrópole. Em acordos com os reinos da África Subsaariana<sup>6</sup>, invadiam as aldeias e prendiam seus habitantes. Por se tratar de um mercado proveitoso, os próprios líderes das tribos africanas comercializavam pessoas em troca de tecido, cachaça, algodão, joias, armas, tabaco dentre outros artigos. Dessa forma, negros e negras vindos(as) da África já não eram considerados(as) humanos(as), sendo tratados(as) como objetos (FAUSTO, 1996).

Para chegarem no continente sul americano, eram embarcados nos navios negreiros também conhecidos como “tumbeiro de porte pequeno”, que transportavam os (as) negros (as) da África para seu novo destino. Com duração de aproximadamente dois meses de viagem, cada navio levava cerca de 400 pessoas que eram marcadas a ferro quente no peito ou nas costas para identificar a que traficante pertenciam. Os cativos eram separados de seus familiares e grupos étnicos<sup>7</sup> para que possíveis rebeliões fossem evitadas. Ficavam amontoados e acorrentados uns sobre os outros em um porão muito quente, escuro e úmido (ALBUQUERQUE FILHO, 2006).

Segundo Silva (1987), a situação era totalmente precária com condições nulas de higiene e saúde. Os indivíduos ali presentes eram obrigados a fazer suas necessidades fisiológicas próximo ao local que passavam os dias, o que resultava em um mau cheiro enorme. Passavam fome, sede e sofriam com calor, sua alimentação era uma mistura de farinha, água e pedaços de carne seca arremessada sem a mínima verificação se todos teriam sido servidos. Devido a essas condições subumanas, o aparecimento de doenças era recorrente, o que muitas vezes causava a morte dos(as) transportados(as).

---

<sup>6</sup> A África Subsaariana é a parte do continente africano que se desdobra do deserto do Saara rumo ao sul banhada pelos oceanos Atlântico e Índico (ALVES, 2018).

<sup>7</sup> Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.” (MUNANGA, 2003 p.12)

As relações não eram pesadas a partir das condições de vida dessas pessoas, somente sendo levado em conta o lucro que decorria da comercialização. Quanto maior o espaço do navio, mais negros(as) caberiam. E com tantas pessoas nas embarcações, já não era vantajoso oferecer-lhes comida. Desta feita, a alimentação já débil acabava com maior facilidade. Quando alguém falecia, na maioria das vezes o corpo permanecia por dias junto aos vivos, pois as visitas de integrantes do navio no porão em que os(as) negros(as) eram transportados (as) eram escassas. Quando a embarcação apresentava problemas, os corpos sem vida eram jogados no mar, bem como os que aparentavam fragilidade e supostamente não dariam lucro na hora da troca (SILVA, 1987).

Em raras vezes, o comandante permitia que os negros tomassem um pouco de sol, mas em troca tinham de pular e dançar para demonstrar “alegria”, mas o sentimento real era explícito. São palavras de Frei Sorrento, a bordo de um navio contendo mais de 900 africanos (as): “[...] pelo fedor, pela escassez de espaço, pelos gritos contínuos e pelas infinitas misérias de tantos infelizes, parecia um inferno” (ALBUQUERQUE FILHO, 2006, p. 50).

Nas embarcações havia uma grande diversidade de nações africanas, clãs e reinados que iriam formar um único contingente de pessoas. Em outras palavras, podemos afirmar que o tráfico negreiro compreende apenas ao início de todos os atos de violência sofridos por homens, mulheres e crianças que participaram dessa trágica História.

Existem várias hipóteses de um quadro estimativo de africanos (as) que chegaram ao Brasil, a mais aceita atualmente é de Antonie de Tunay, que confirma no Brasil cerca de 3,6 milhões de negros e negras a serem escravizados(as) em três séculos de tráfico negreiro (SILVA, 1987). Durante o traslado, eram submetidos a severos atos de violência e negligência, ações que ocorriam durante a travessia marítima de seu continente até o cativo, e que não se esgotariam nesse processo. Uma realidade inconcebível para a dignidade humana.

No século XVII os(as) negros(as) que chegaram ao Brasil vieram, principalmente, do Congo e Angola. No século seguinte eram originários da Costa do Ouro, onde atualmente estão Gana e Togo, Benin e Nigéria. A Bahia recebeu escravizados que vinham de Benin. Assim que chegaram foram vendidos em leilões públicos de acordo com vários critérios: sexo, idade, força física. Eram comercializados também em metro e quilograma. (SILVA, 1987, p.11). Além disso, diferentes compradores podiam levar separadamente pais ou filhos, maridos e mulheres. Nas fazendas, viviam em habitações

coletivas – as chamadas senzalas – nas quais quase não havia janelas, para facilitar a vigilância.

O supracitado autor aponta que depois de criteriosamente escolhidos por seus novos donos, eram destinados ao trabalho. O trabalho escravo, em sua maior parte, se realizava nas lavouras dos grandes proprietários de terras. Trabalhavam de sol a sol em canaviais, moendas, caldeiras. Estavam presentes também em outras ocupações na colônia: nos serviços domésticos, nas manufaturas de açúcar, no comércio ambulante, nas lojas, na criação do gado, nos açougues, nas oficinas de sapateiros, carpinteiros, ferreiros, na construção de casas e também estradas entre outras.

A dureza do trabalho, a precariedade da alimentação, os maus tratos, as doenças, a falta de roupas e moradias apropriadas, faziam com que a taxa de mortalidade entre os que estavam nessa situação fosse alta. Além disso, os castigos eram comuns, ou seja, qualquer deslize do(a) escravizado(a) implicava em punição. Nesses 358 anos revoltosos de escravidão no Brasil, os(as) negros(as) africanos sempre foram vigiados(as) pelos capatazes, que os surravam, usando sua força física para dominar (SILVA, 1987).

Uma das formas de repressão mais utilizadas era o tronco, em que o prisioneiro ficava algemado pelas canelas, de costas, totalmente nu, enquanto era açoitado com um chicote chamado bacalhau, que abria fendas em sua pele o(a) fazendo sangrar. Sobre a carne viva passavam um coquetel de sal, urina e pimenta que, além de doer, inflamava. Assim, os(as) outros(as), assistindo aquela cena de imensa crueldade, pensavam duas vezes antes de desobedecer e tinham de se submeter aos mandos dos senhores (SILVA, 1987).

As negras consideradas bonitas eram forçadas a se relacionar sexualmente com os seus senhores. Se engravidassem teriam de abortar. Quando eram estupradas e davam à luz ao(à) filho(a) com o latifundiário posteriormente a criança era vendida. Mesmo tendo o sangue do senhor, as crianças eram vendidas como escravas. Toda essa situação despertava o ciúme das suas esposas, que mandavam mutilar essas mulheres, cortando seu rosto com uma navalha entre outras práticas. Além disso, existiam outros meios de controlar os cativos além da força física, como oferecer vantagens aos escravos que tivessem “melhor comportamento”, aos que produzissem mais do que os outros, aos que denunciassem as fugas, aos que nunca desobedecessem a ordens (SCHIMIDT, 2005).

Nas cidades, como havia muito serviço, alguns escravos se dedicavam ao trabalho doméstico e outros eram utilizados pelo governo. Os que estavam em áreas urbanas

ganhavam um pouco mais de liberdade do que aqueles que se encontravam em áreas rurais. Havia o chamado escravo de ganho, que era autorizado por seu dono a sair em busca de um emprego; por exemplo, auxiliar um barbeiro a cortar cabelo e receber uma quantidade de dinheiro por isso, bem como as mulheres escravizadas que algumas vezes podiam sair para vender doces e bolinhos na rua, ou serem carregadoras (SHIMIDT, 2005).

Assim, podemos perceber que a sociedade colonial estava dividida entre os escravos que formavam a base econômica, pois eram os responsáveis pela maioria dos serviços braçais executados na colônia e; o senhor de engenho possuía o poder e a autoridade absoluta, e distinguiu-se pelo direito de portar armas (espada), fazendo com que todos o obedecessem. A composição dessa pirâmide social se evidencia então a partir de negros(as) escravizados(as) como base e homens<sup>8</sup> livres, estes últimos divididos entre: senhores de terras sem engenho, ferreiros, carpinteiros, capatazes além de outras ocupações com menor prestígio (que se encontravam no meio da pirâmide), e no topo, os aristocratas e senhores de engenho (FAUSTO, 1996).

Assim, foi sendo formada a história brasileira junto às suas peculiaridades. O país, apesar de uma colonização europeia teve sua metrópole como Portugal, o que deu origem a uma linguagem diferente a dos países vizinhos. Além disso, aqui no Brasil estavam quase metade dos(as) africanos(as) escravizados. A história do Brasil é também a história do povo que o compõe, e nas palavras de Schwarcz (2019, s.p):

Toda nação constrói para si alguns mitos básicos, que têm, em seu conjunto, a capacidade de produzir nos cidadãos o sentimento de pertencer a uma comunidade única, a qual permaneceria para sempre inalterada — “deitad[a] eternamente em berço esplêndido”, conforme verseja o nosso Hino Nacional. Histórias de claro impacto e importância em seu contexto ganham outra dimensão quando escapam do momento que as viu nascer e passam a fazer parte da lógica do senso comum ou se transformam em retórica nacional.

Todavia, nem sempre a história é como se apresenta nos livros que conhecemos. Nem só de submissão sobreviveu o povo negro em nosso país. Os processos de resistência existiram e existem ainda nos dias atuais para nos lembrar de acontecimentos históricos e memoráveis que fogem das interpretações do senso comum. Desta feita, o próximo item se destina a tratar do processo de decomposição do sistema escravocrata e os rebatimentos desse na tratativa de negras e negros.

---

<sup>8</sup> Palavra usada no sentido de humanidade.

### 3.3 Desintegração do sistema escravocrata e abolição inacabada

Antes de desenvolvermos o assunto deste tópico, gostaríamos de explicar seu título. Para mais dos processos de resistência de negros e negras que lutavam por sua liberdade, também acreditamos que a abolição da escravatura não existiu de forma completa. De acordo com Madeira e Gomes (2018, p. 03) a elite brasileira tinha grande “preocupação” sobre como se portaria o (a) negro (a) liberto, pois este nunca havia experimentado a liberdade e não saberia como usá-la. Assim, junto da abolição inacabada:

[...] vigoraram discursos e práticas de criminalização de conduta, como: a ociosidade, a vadiagem, a mendicância e a capoeiragem. Assim, a criminalização dos mestiços foi assumida como uma particularidade nacional. Tal fato guarda relação com os presídios abarrotados na sua maioria por negros e negras, gerando aumento de detentos tidos como os fora da lei, fora de controle, perigosos, maldosos e que representavam ameaça de violência.

Apesar de pensarmos a partir desta perspectiva, precisamos elucidar a importância da resistência dessa população, que resultou na dissolução do regime escravocrata que vigorara no Brasil. Obviamente, não houve uma tomada de consciência repentina da classe que possuía o poder sobre esses corpos, o regime foi barrado devido à muita resistência.

Na passagem do regime escravocrata para o sistema que conhecemos hoje, negros e negras continuaram em suas perdas. Dissociados de seus senhores, já não possuíam também atividade de trabalho que lhes coubesse. Apesar de necessária a força de trabalho assalariada, a população negra não era absorvida. A liberdade do povo negro se transformava em sua miséria, para além de todas as violências já sofridas por estes. Dessa forma, podemos dizer que a história do Brasil se construiu a partir da fixação de uma profunda desigualdade social que produziu uma visível hierarquia racial (FERNANDES, 2009).

A dissolução desse sistema operacionalizado no Brasil se apresentou sem que fossem responsabilizados aqueles que faziam uso da força de trabalho de negras e negros escravizados para a inserção destes na sociedade e no mundo do trabalho. Além dos senhores não colaborarem para isso, instituições como o Estado e a Igreja, fecharam os olhos igualmente para a situação dos(as) libertos(as). Com a desobrigação das instituições acerca da situação em que estavam, bem como dos seus senhores, negros e negras percebem-se agora donos de si. O problema que se destacava com essa independência, é

que esses indivíduos não possuíam meios materiais de manter a eles(as) e tão pouco seus dependentes, visto o novo sistema econômico que se anunciava (FERNANDES, 2009).

Para os senhores e o Estado, o destino destes sujeitos só era interessante enquanto a ele estava conectado o destino da lavoura. No período de conversão do sistema escravocrata para o capitalista, a atenção dos senhores estava nos negros e negras que traziam lucro às suas terras. Após a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, a atenção dessa classe volta-se diretamente aos seus interesses. E assim, sucede-se a revolução abolicionista, conforme Fernandes (2009, p.30):

De um lado, a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitários, fermentou, amadureceu e eclodiu como um processo histórico de condenação do "antigo regime" em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da "raça" dominante. A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista. Mas, pela própria natureza de sua condição, não passava de uma espécie de aríete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o "antigo regime".

Neste trecho, o autor evidencia que ainda no movimento abolicionista, negros e negras eram usados para satisfazer o ego revolucionário do branco que "lutava" contra o regime escravocrata, como se a necessidade da população escravizada se esgotasse na liberdade que conseguiriam. Além da liberdade, essas pessoas precisavam ser absorvidas pelo novo sistema econômico e de trabalho que se desenvolvia, caso que parece não ter sido colocado em pauta. Desta feita, negras e negros deparavam-se com a possibilidade de serem inseridos no novo mercado de trabalho em condições degradantes e análogas as que já viviam, ou fazerem parte do grande número de pessoas desocupadas que habitavam o país. Para as posições de trabalho, concorriam tanto com os chamados "trabalhadores nacionais" como com a mão de obra estrangeira, importada principalmente da Europa. Obviamente, viam-se em desvantagem posto que não estavam tão bem preparados quanto seus concorrentes.

Quando a população negra passa a não mais representar a principal fonte econômica do país, ela perde inteiramente a "importância" que tinha para a elite brasileira. Não existia lugar para eles(as) na sociedade. A política, a legislação e os poderes não foram pensados para garantir seus direitos. "[...] largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo. (FERNANDES, 2009, p.32)"

Como já dito, o Brasil se construiu de peculiaridades. A independência política não atualizou de fato o panorama vivido, mas trouxe com ela a necessidade da inscrição de uma história que fizesse o país ser visualizado enquanto um império que estava rodeado de repúblicas. Eram necessárias algumas medidas, como: escrever uma nova Constituição, bem como uma nova História do Brasil (SCHWARCZ, 2019).

Para que este objetivo fosse alcançado, o primeiro concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que aconteceu no século XIX, se deu para selecionar a melhor explicação de como se construía a nação brasileira. Obviamente para que a intenção da elite conservadora fosse suprida, essa história só podia ser contada a partir de um ponto de vista: o colonizador. E assim se fez, a História do Brasil, escrita por Karl von Martius, que beneficiava a metrópole silenciando a fala dos cativos, em que discursos sobre miscigenação e mito da democracia racial se destacavam:

Martius, que em 1832 havia publicado um ensaio chamado “O estado do direito entre os autóctones no Brasil”, condenando os indígenas ao desaparecimento, agora optava por definir o país por meio da redentora metáfora fluvial. Três longos rios resumiriam a nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas; e ainda outro, mais diminuto, alimentado pelos negros. Na ânsia de escrever seu projeto, o naturalista parece não ter tido tempo (ou interesse), porém, de se informar, de maneira equânime, sobre a história dos três povos que originavam a jovem nação autônoma. O item que tratava do “rio branco” era o mais completo, alvissareiro e volumoso. Os demais pareciam quase figurativos, demonstrando visível falta de conhecimento. “Falta” esta que na verdade era “excesso”, pois dava conta do que interessava para valer: contar *uma* história pátria — a europeia — e mostrar como ela se imporia, “naturalmente” e sem conflitos, às demais (SCHWARCZ, 2019, s.p).

A diferença da história para a memória é que a primeira se constitui enquanto campo de batalha de quem possui a verdade, a história é seletiva e abriga somente a versão do narrador. Já a memória se constrói a partir de fatos que são lembrados a partir da vivência de um povo. Por isso, se faz importante que o povo negro brasileiro as retomem para que sua história seja compreendida da maneira certa. De acordo com Souza (2017), nunca houve a intenção de se falar da formação sócio histórica do Brasil na perspectiva daqueles que experimentavam da pior forma as desigualdades sociais, fazendo com que os intelectuais de direita (que voltavam seus interesses aos da elite) e a mídia contassem a alternativa que os favorecessem:

A construção de uma história oficial não é, portanto, um recurso inócuo ou sem importância; tem um papel estratégico nas políticas de Estado, engrandecendo

certos eventos e suavizando problemas que a nação vivenciou no passado mas prefere esquecer, e cujas raízes ainda encontram repercussão no tempo presente. O procedimento acaba, igualmente, por autorizar apenas uma interpretação, quando se destacam determinadas atuações e formas de sociabilidade, obliterando-se outras. O objetivo é, como bem mostrou o exemplo de Von Martius, fazer o armistício com o passado: criar um passado mítico, perdido no tempo, repleto de harmonia, mas também construído na base da naturalização de estruturas de mando e obediência (SCHWARCZ, 2019, s.p.).

A “Mistura de raças” acabou por denotar um projeto governista de cunho hegemônico para além de fins de modernização do país. A ideia de homogeneização da nação caracterizava-se pela transformação da população negra em branca, em um processo de embranquecimento, ao passo que durante essa mistura de novas tonalidades de peles iam surgindo e os filhos de brancos(as) com negras(os) nasciam cada vez mais “clarinhos(as)”. Assim, o contexto de negação e mistura de raças influenciou/influencia diretamente o processo de construção de identidade da população negra:

[...] a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA 1994 apud. Santos, 2012, p. 02)

Como fruto dessas definições com fins ideológicos e econômicos direcionados a um grupo específico, novas designações surgiram historicamente no senso comum com o intuito de fugir da denominação e do peso que carrega a palavra “negro”<sup>9</sup>. Pois assumir-se negro(a) torna-se um processo doloroso ao passo que significa se assemelhar a tantos(as) outros(as) que seguem sendo ridicularizados(as) e estereotipados(as) pela mídia e por uma cultura racista.

Desta feita, retomamos o conceito de abolição inacabada, pois mesmo após o fim do regime escravocrata, o que podemos perceber é que negros e negras continuam passando por vivências de escravização. Quando pensamos nos ambientes em que vivem, nas condições de trabalho que estão submetidos (as), mortalidade entre outros fatores. É

---

<sup>9</sup> Ao passo que culturalmente exista uma série de nomenclaturas, a exemplo de “parda”, “morena”, “marrom”, “bombom”, encontramos no censo do Instituto Brasileiro Geográfico de Estatísticas (IBGE) um sistema classificatório de cor/raça. Nele, a raça negra é caracterizada como a junção dos(as) pretos(as) e pardos(as).

também devido aos resquícios do sistema escravista que observamos o racismo como parte constituinte da sociedade brasileira (MADEIRA, GOMES, 2018).

Embora a miscigenação brasileira e a construção de saberes que afirma existir no país uma democracia racial, Nogueira (2015) enfatiza que é fácil comprovar a existência do racismo no Brasil, quando se observa que negros/as e não negros/as não possuem as mesmas oportunidades e acessos na sociedade.

Com isso, Madeira (2014), coloca que mesmo sendo antecedentes ao sistema capitalista, as desigualdades raciais se caracterizam como expressões da questão social e se expressam também economicamente através da má distribuição da riqueza que é produzida coletivamente e empobrece principalmente a população negra. Assim, pode-se dizer que as desigualdades raciais são parte do conjunto de expressões da questão social, como afirma:

Em uma sociedade em que diferenças raciais são utilizadas comumente como forma/discurso para classificar pessoas – e enfatizar aspectos de superioridade ou inferioridade entre raças – as diferenças passam a existir na prática. Não porque as pessoas tornem-se superiores ou inferiores em quesitos variados a partir de sua raça atribuída, mas porque se torna lugar comum a compreensão de que tais diferenças existem e, quanto mais se fala nelas, mais elas transformam a realidade e são reproduzidas (NOGUEIRA, 2015, p. 04).

As relações étnico-raciais e de gênero constituem dimensões indissociáveis do contexto histórico na vida brasileira, em que o processo de escravidão e colonização em terras nacionais acabou por definir hierarquicamente espaços específicos para homens e mulheres, brancos(as) e negros(as). Com isso, tendo em vista a estrutura social permeada pelo sistema patriarcal<sup>10</sup>, as mulheres negras são as maiores prejudicadas, encontrando-se sob maior vulnerabilidade social<sup>11</sup> se comparadas às mulheres brancas e aos homens negros, como aponta Bell Hooks (2015, p. 207):

Como grupo, as mulheres negras estão em posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos o grupo que não foi socializado

---

<sup>10</sup> SAFFIOTI apud PEIXOTO (2010, p. 60) define como o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens.

<sup>11</sup> KOWARICK (2002, p.10) associa a “vulnerabilidade socioeconômica” com o que chama de “vulnerabilidade civil”: Segundo este autor, os indivíduos ainda não alcançaram os direitos básicos da cidadania.

para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir.

Ainda que as opressões de gênero e de raça operem de formas diferentes e possuam construções e raízes históricas diferentes, é necessário atentar para as interseccionalidades destas, quando se pensa na questão da mulher negra com pontos chave como o acesso ao mercado de trabalho formal, a educação de qualidade, ao lazer e ao bem viver, e também o alerta a situação dessas mulheres em relação à violência, ao empobrecimento, ao encarceramento e as diversas realidades que estão sendo vivenciadas, produzindo e reproduzindo locais demarcados socialmente. Aspectos como a baixa escolaridade, o emprego informal, o desemprego e a violência são constantes na vida da mulher negra, pois esta vive em um contexto de exploração, opressão e discriminação (MADEIRA, 2014, p.19), mesmo que a população negra feminina em 2009 sendo cerca de um quarto da população geral brasileira que, naquele ano, alcançou 191,7 milhões de brasileiros(as), elas ainda ocupam os piores lugares nos indicadores sociais (Dossiê Mulheres Negras, 2013).

Assim, compreendendo as dimensões históricas que perpassam essa categoria, compreende-se também as dimensões históricas que perpassam o cotidiano das mulheres negras, essas que, segundo o Dossiê das Mulheres Negras (2013), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2009, fazem parte de um contingente de 50% das mulheres do país e segundo o censo do IBGE (2010), essas mulheres fazem parte de uma população que somada à parda e corresponde a 50,7% do contingente populacional brasileiro. E as duas juntas, ainda ocupam em maior porcentagem profissões subalternas, vivenciando condições de vulnerabilidade social, nos fazendo perceber, deste modo, a relação direta entre gênero, raça e classe. Desta feita, partimos para o próximo capítulo que versará sobre o a importância do movimento feminista e as particularidades do movimento feminista negro.

## **4 UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO: A HISTÓRIA DAS MULHERES NO MUNDO**

### **4.1 A categoria “Gênero” e a luta das mulheres**

Para compreender melhor a história das mulheres, é necessário fazer referência aos conceitos de gênero sob a ótica da trajetória histórica. Tendo em vista que o gênero é analisado por meio da distinção entre os sexos, a fim de definir pessoas do sexo feminino e masculino, surge nessa dicotomia um campo de estudo com os movimentos de mulheres. Inicialmente, este movimento, não tinha prestígio acadêmico, mas aos poucos foi conquistando autonomia de campo de pesquisa acadêmica, alcançando atualmente status mais consistente. E, mesmo sendo um fenômeno recente na historiografia, está relacionado a uma dada conjuntura de lutas, de inserção no mundo do trabalho, aos movimentos feministas, uma conquista do espaço público, bem como a crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, o que evidencia a necessidade de novas perspectivas, que priorizassem as questões de relações humanas (RAGO, 2011).

O conceito de gênero surgiu no final da década de 1960, quando os movimentos feministas, além de preocupações sociais e políticas, voltaram-se para as construções propriamente teóricas. Sobre essa temática, Matos (2011), relata que a expansão dos estudos que incorporam a abordagem de gênero na história situa-se no quadro de transformações pela qual a história vem passando nos últimos tempos, sendo possível afirmar que, por motivos internos e externos, esses estudos surgiram da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, como as minorias, que requeriam uma completa revisão dos seus instrumentos de pesquisa. Dessa forma, essas crises de identidades históricas levaram a procura de outros enfoques historiográficos e uma ampliação do saber histórico, possibilitando uma abertura para a descoberta do gênero e mais especificamente das mulheres.

Em função das críticas, na década de 1980, a produção historiográfica brasileira que versa sobre a temática gênero, ainda se reduzia as questões femininas e das próprias transformações nas reivindicações nos movimentos feministas, como, por exemplo, a questão da invisibilidade das mulheres e da própria dimensão de exclusão a qual elas

estavam submetidas, por um discurso universal masculino, é que surge o gênero como uma categoria de análise histórica. Sobre categoria gênero, Matos afirma que:

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que os perfis de comportamento feminino e masculino se definem em função do outro. Esses perfis se constituem social, cultural, e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, uma forma primária de relações de poder (1994, p. 97).

Percebe-se, que os estudos de gênero, segundo Matos (2011), vêm sendo desenvolvidos em uma perspectiva histórica, social, cultural e relacional, no sentido de dar conta do caráter discursivo da categoria gênero. Dessa forma, os estudos de gênero procuram mostrar que as diferenças culturais são sexualmente produzidas por meio de símbolos, bem como significados sociais, históricos, culturais, relações de poder, de parentesco, econômica e política.

Scott (1989) refere-se ao conceito de gênero como um sistema de relações de poder baseado em um conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a homens e mulheres, sendo que as relações de gênero são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Contudo, enquanto o sexo é determinado pela natureza, pela biologia, o gênero é constituído historicamente, sendo, portanto, variável e mutável. Com relação à questão de gêneros Soihet (1998, p. 279) afirma que:

Gêneros tem sido desde 1970, o tema usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizada pelos feministas americanos que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico e implícito no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres.

Nota-se, com o exposto acima, que o gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual, ou seja, trata-se de uma diferença socialmente construída sobre o masculino e o feminino, que são expressos de diversas maneiras, como por exemplo, na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder no âmbito doméstico, sendo, portanto, uma categoria de análise histórica, constituída das relações sociais.

De acordo com Scott (1989), na década de 1980, os estudos feministas concretizaram a incorporação do gênero no contexto da emergência da história das mulheres como um campo de estudos, que envolveram uma evolução do feminismo<sup>12</sup> para as mulheres, daí para gênero, isto é, da política para a história especializada e depois para a análise. Portanto, a incorporação do gênero no contexto da história das mulheres é concebida com uma evolução do feminismo para as mulheres, já que, historicamente, vive-se em uma sociedade em que prevalecem as relações de gêneros patriarcais, em que as construções simbólicas e as elaborações culturais se materializam em práticas sociais hierarquizadas, onde o masculino se sobrepõe ao feminino, o que resulta em uma condição de prestígio, privilégio e poder maior para os homens e subordinação das mulheres, isso fica evidente nas relações de trabalho, produção e reprodução na diferenciação entre os sexos.

Sardenberg (1998) menciona que se pode pensar que as identidades sexuais não são dados inerentes à biologia dos sexos e, sim, a construções sociais, históricas e culturalmente específicas passíveis de transformações, ou seja, a categoria de análise de gênero propicia um diálogo interdisciplinar, articulando com outros conceitos na perspectiva de estabelecer uma nova interpretação da realidade social, incorporando a ação de homens e mulheres em seus respectivos contextos.

Conforme Rago (2011), em relação à história das mulheres, estas por séculos foram silenciadas, renegadas, inferiorizadas em relação aos homens, não só em relação a estes, mas com a sua própria história. Dentre as correntes e escolas trabalhadas no campo da história, por muito tempo a mulher era uma figura colocada em segundo plano dentro das discussões, não existia escritos que se direcionavam a história das mulheres, pois o enfoque principal era a história dos grandes fatos, dos grandes líderes, dos grandes feitos, mas no plano da masculinidade. Dessa forma, a mulher era colocada numa posição excludente ou, no mínimo, invisível.

As mulheres localizavam-se no espaço dos subalternos, dos silenciados na historiografia, porém, com a criação de movimentos específicos dentro da escola dos Anales<sup>13</sup> começaram as quebras de paradigmas, uma delas é que a história positivista perde espaço quando surgem outros enfoques. Agora, os subalternos passam a ter

---

<sup>12</sup> O feminismo é a doutrina social favorável à mulher. Trata-se de um movimento que exige que os homens e as mulheres tenham os mesmos direitos

<sup>13</sup> É movimento historiográfico que se constitui em torno do periódico acadêmico francês, renovou e ampliou o quadro das pesquisas históricas ao abrir o campo da História para o estudo de atividades humanas até então pouco investigadas, privilegiando os métodos pluridisciplinares.

visibilidade, inclusive às mulheres, que começam a abrir espaços para o surgimento da sua própria história (RAGO, 2011).

As transformações trazidas por movimentos específicos dentro da escola dos Analles contribuíram de forma muito significativa para emergência das histórias da vida privada, mesmo não colocando as mulheres nos planos centrais, acabou abrindo espaço para que elas passassem a fazer parte das preocupações dos historiadores. Para Perrot (2005), a escola dos Analles, principalmente com Marc Bloch e Lucien Febvre, contribuiu para uma ruptura na historiografia, mas com relação às mulheres não deram muita atenção a essa classe, haja vista que o interesse maior da escola era voltado, principalmente, para os planos econômicos e sociais. Porém, mesmo mantendo as mulheres fora dos planos centrais, percebe-se que, a escola dos Analles, ao direcionar as pesquisas de campo político para o social, acabou possibilitando estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, o casamento, a sexualidade, etc.

Outra questão importante, que deve ser ressaltada, são as transformações trazidas pelo surgimento dos novos paradigmas científicos. Sobre essa questão, Soihet (1998, p. 55) cita que:

Ao passar a interpretar os processos de mudanças por meio de um conhecimento dialético, os historiadores provocaram uma reviravolta na perspectiva de análise permitindo mais espaço para questões entendidas como menor ou de nenhuma importância e entre eles se destacam as mulheres.

Observa-se que, a crítica ao racionalismo<sup>14</sup> e o fim da exigência de conceitos teóricos muito rígidos, acabam relativizando o conhecimento histórico e, que para interpretar os processos de mudanças por intermédio de um conhecimento discursivo, os historiadores passavam a ter outra perspectiva de análise, onde as questões, que antes não eram tratadas na história positivista<sup>15</sup>, como por exemplo, os subalternos, agora irão ganhar mais espaço, mais importância, inclusive as mulheres, que foram por séculos objetos de submissão masculina e que sempre estiveram à margem da história.

Outro fator que possibilitou o aumento das discussões e das pesquisas envolvendo as mulheres foi a feminização das universidades, pois a descoberta que as mulheres

---

<sup>14</sup> É a corrente filosófica que iniciou com a definição do raciocínio como uma operação mental, discursiva e lógica, que se ocupa em procurar, estabelecer e propor caminhos para alcançar determinados fins.

<sup>15</sup> Corrente historiográfica que pregava a cientificação do pensamento e dos estudos humanos, visando à obtenção de resultados claros, objetivos e completamente corretos. Além disso, suas narrativas históricas enfocavam a vida política, dos grandes heróis e dos grandes fatos.

possuíam uma história e que valia a pena procurar por ela, resultou dos próprios questionamentos, que as mulheres fizeram de si mesmas, resultando na rejeição da estrutura de supremacia masculina solidamente aceita, sugando a ideia de inferioridade feminina. Dessa forma, nos Estados Unidos, as faculdades e as escolas de graduação deram início a cursos variados, onde foram oferecidas bolsas de estudo e buscou-se dotar as mulheres de uma formação superior (RAGO, 2011).

Nessa perspectiva, Scott (1989, p. 19) diz que, “nesse espaço aberto pelo recrutamento das mulheres, fosse pela participação profissional ou acadêmica, o feminino logo apareceu para reivindicar nos recursos acadêmicos e denunciar as desigualdades”. A autora enfatiza o feminino como um dos meios de reivindicações e de denúncias das desigualdades existentes na sociedade, no que se refere à posição da mulher, foi a partir das lutas íntimas, que as mulheres iniciaram um questionamento quanto à realidade social, criando, dessa forma, os primeiros movimentos feministas, marcados por uma diversidade de reivindicações.

Contudo, um aspecto deve ser ressaltado, embora a escola dos Anales tenha iniciado um novo olhar para a narrativa histórica, foi com a história cultural, no final do século XIX para o início do século XX, que houve de fato uma reviravolta no campo historiográfico, onde a história tradicional vista de cima, baseada em documentos oficiais e nos grandes acontecimentos, cedeu lugar a uma história vista de baixo, que enfoca os menos favorecidos, os subalternos. Seguindo esse raciocínio, Pesavento (2004, p. 56) afirma que:

A história cultural não é mais uma história biográfica, dos grandes vultos da história, mas muito mais biografia de gente simples, da gente sem importância, dos subalternos. Uma história de indivíduos que deriva sim de uma história renovada: dos estudos dos pobres, dos subalternos enquanto classe ou grupo, detentores de uma cultura dita popular, passou ser uma história de vida das pessoas humildes, na qual passou a ser surpreendidos os sentimentos, as sensações, as emoções e os valores.

A autora destaca a nova proposta do olhar historiográfico, uma oposição à história positivista ou tradicional, onde o que é proposto nessa narrativa renovada ou contexto cultural, não é o olhar dos grandes acontecimentos, grandes fatos, mas o desenvolvimento da memória dos subalternos, das classes populares, que passa a analisar a história de vida dos humildes com um novo enfoque, permitindo a entrada das mulheres nesta. Diante

disso, as mulheres passam a ser objeto de estudo e começam a fazer sua própria narrativa histórica, essa conquista aconteceu em um processo lento e gradual.

Nesse processo, as mulheres tiveram que lutar muito para conquistar alguns de seus direitos. Pesavento (2004) afirma que, uma das principais características da história cultural foi trazer à tona o indivíduo como sujeito da história, recompondo histórias de vida em particular das classes populares, ou seja, dar voz aos silenciados, aos rejeitados, colocando-os como sujeitos da história.

Sem dúvidas, os novos olhares historiográficos iniciados com os movimentos da escola dos Anales, mesmo enfocando uma narrativa total e criticada por alguns por focar o campo econômico, se preocupou com o lado social, das massas, dos subalternos e com os eventos culturais, opostos ao enredo tradicional, enfatizando a vida cotidiana, dos excluídos, contribuiu de forma muito significativa para que a mulher passasse a ser vista como parte integrante da sociedade, porém, isso se deve, principalmente, aos movimentos feministas e às lutas femininas, que aos poucos foram constituindo a história das mulheres, reprimidas durante muito tempo, objeto de submissão masculina, mas com a quebra de paradigmas, proporcionada pela escola dos Annales e com o desenvolvimento do contexto cultural, as mulheres passaram a acreditar que tinham uma história e que tinham capacidade de lutar por ela, ou seja, de lutar por igualdade de direitos e de gênero, já que sempre foram inferiorizadas, vistas como incapazes e frágeis (PESAVENTO, 2004).

Dessa forma, instituídas na constatação da negação e do esquecimento, a história das mulheres começou surgir, na década de 1960, emergiu e ganhou força, na década de 1970, atrelada, sobretudo, a explosão do feminismo, sendo articulada ao florescimento da Antropologia e da história das mentalidades, bem como a história social. Segundo Priore (1998, p.220) “as feministas fizeram a história das mulheres antes mesmo que os historiadores, impulsionando debates que pouco a pouco foram abrindo as portas dos centros universitários, os grupos de pesquisa para abrigar reflexões e produções sobre tais questões”. A autora enfoca a importância dos centros universitários para ampliar as questões relacionadas à história das mulheres, pois estes centros eram uma forma de incentivar à pesquisa e a produção de trabalhos referente a esta temática.

De acordo com Sardenberg (2002), o que não se podia fazer sob hipótese alguma era minimizar o teor subversivo do que as feministas estavam propondo, já que não se tratava simplesmente de adicioná-las ou incluí-las à história, mas de construir um novo

paradigma do conhecimento, pois ao sugerir uma história das mulheres e, posteriormente, a categoria relacionada a gênero, já estavam de antemão suscitando modificações à história, questionando parâmetros científicos definidores de quem poderia ou não ser sujeito do conhecimento, do que poderia consistir como conhecimento ou mesmo do que poderia ser conhecido.

Dessa forma, estariam subvertendo as regras sobre as condições de produção do conhecimento, as suas bases conceituais e premissas, o que provocaria rupturas nos padrões normativos científicos. Percebe-se que, o que as mulheres estavam propondo não era somente uma inclusão na história, mas uma quebra de paradigmas, onde pudessem construir um novo conhecimento histórico, ao propor que suas histórias fossem destacadas e relacionadas a questões de gênero provocavam modificações à história.

Assim, com os novos enfoques historiográficos trazidos por movimentos específicos dentro da escola dos Annales e pela história cultural, se constitui a história das mulheres, através das lutas e dos movimentos feministas. Através da história das mulheres surgem as relações de gêneros, que é a diferença sexual. Tendo em vista que as mulheres sempre estiveram à margem da sociedade e que havia uma hierarquia, onde o masculino se sobrepunha ao feminino, o gênero surge como uma forma de indicar as condições sociais e de uma rejeição ao determinismo biológico.

## **4.2 O Contexto histórico feminino na sociedade brasileira**

Para Rabay e Carvalho (2011) a mulher, desde o período colonial, deveria ser preparada para casamento, ser obediente ao marido, referenciando-lhe, não podia fazer nada sem seu consentimento, deveria sempre estar bem vestida, cobrindo o corpo, ou seja, a mulher estava dentro de um sistema patriarcal<sup>16</sup>. Dessa forma, ela esteve por séculos à margem da sociedade e da própria história, em um processo de exclusão, onde a narrativa histórica era produzida por homens e, predominantemente, uma história política.

A inclusão das mulheres em outras esferas, fora do lar, no Brasil, ocorreu um pouco mais tarde do que na Europa. O estudo crítico sobre a história da mulher brasileira

---

<sup>16</sup> Segundo Rabay e Carvalho (2011), o patriarcado é uma ideologia na qual o homem é a maior autoridade, devendo as pessoas que não são identificadas fisicamente com ele (isto é, que não sejam também adultos do sexo masculino) ser subordinada, prestando-lhe obediência vivendo sob total submissão ao marido, inserida no espaço privado, isto é, o doméstico.

teve ênfase no final da década de 1970, quando começaram alguns estudos que destacava a família e a vida das mulheres, principalmente quando se falava sobre os grupos que viviam à margem da sociedade, aqueles menos favorecidos e, também, ao falar sobre a escravidão e o concubinato. Assim, passou a ser descoberto como era vida dos pobres, negros e pardos, bem como, a vida das mulheres (RAGO, 2009).

Segundo Queirós (1996, p. 21), “durante a década de 1980 no Brasil, a atenção voltada para a história da mulher deveu-se principalmente à valorização dos personagens marginais que vinham sendo realçados desde o início de 1970”. A autora enfatiza que a mulher na década de 1980 ganhou mais visibilidade, devido à atenção dada àqueles que viviam à margem da sociedade, aos pobres e aos escravos, que desde a época colonial eram considerados inferiores e incapazes de desempenhar outros papéis na sociedade, que não fosse o que lhes haviam dado.

Até então, a vida das mulheres passava despercebida, porque a história narrada enfatiza os grandes fatos e as grandes figuras da história política, os discursos quase sempre produzidos por homens, resultado do sistema patriarcal que permeou a história por séculos e mantém resquícios hodiernamente. As lutas feministas vêm conseguindo quebrar alguns paradigmas, que antes era quase impossível se pensar que poderia acontecer, como, por exemplo, a saída da mulher do espaço privado para o público.

Segundo Perrot (1995, p. 09):

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estritamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possui uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes.

Escrever uma história das mulheres, mesmo sendo algo novo, mostra uma grande transformação no sentido de como elas eram vistas na sociedade, não somente um ser destinado à reprodução, mas agente histórico, assim, escrever uma história nessa perspectiva significa que elas passam de passivas para se tornarem ativas no meio social, passando a ser objeto de estudo (PERROT, 1995).

Dessa forma, a história das mulheres é um campo que necessita ser estudado como um todo, não sendo isolada dos demais acontecimentos, como a política e a família, já

que tanto o público quanto o privado são lugares socialmente estabelecidos, sendo o primeiro destinado aos homens e o segundo as mulheres (PERROT, 1995).

Assim, a vida política se desenrolava nos espaços públicos considerados genuinamente masculinos, sendo o privado considerado natural para as mulheres.

Contudo, existe uma historicidade relativa às ações cotidianas, bem como uma historicidade das relações entre os sexos, justamente através de fontes utilizadas do cotidiano, que a história das mulheres começa a ser construída.

As mulheres por séculos vêm lutando por sua história, pela igualdade de direitos e de gênero, pelo seu reconhecimento perante a sociedade, através dessas lutas, dos movimentos feministas, elas conseguiram um avanço significativo, se levarmos em consideração a sua situação no período colonial, já que elas nesse período eram objeto de submissão ao marido, presa no ambiente doméstico, servindo para reprodução (PINTO, 2010).

Atualmente, as mulheres através de suas lutas, dos movimentos feministas conseguiram sua integração na vida política, no trabalho, na educação e está quase conseguindo a igualdade sexual. Porém, a inserção das mulheres nesses espaços, não ocorreu para todas, pois, como sabemos, a sociedade brasileira era de elite, com isso as mulheres pobres ficavam à margem dessa sociedade. Somente as mulheres de classe média alta usufruíam dos espaços públicos, principalmente com processo de modernização das cidades, elas começaram a sair da esfera doméstica e se inserir em outras esferas públicas (RAGO, 2011).

Castelo Branco (2005, p. 69) lembra que “a vida feminina se direcionava para o casamento, que era uma das únicas formas de realização pessoal para as mulheres e as atividades domésticas eram essenciais para que executassem bem suas funções de dona de casa”. De acordo com o autor, a mulher era vista apenas como dona de casa e suas únicas funções eram esposa e mãe, sendo o casamento o objetivo a ser alcançado por elas, todavia, com o passar do tempo, essa realidade começa ser mudada, através de muitos esforços as mulheres aos poucos foram conquistando seu espaço na sociedade, na história e, também, alguns direitos como, por exemplo, sair para organizar festas religiosas, posteriormente, começou a ir ao cinema, contudo, uma das maiores conquistas das mulheres foi à iniciação no mercado de trabalho, esta conquista deveu-se, principalmente, aos movimentos feministas, que foram a mola-mestra para que elas pudessem ter participação em todos os seguimentos sociais.

Uma questão, que deve ser ressaltada, é a relação entre os sexos, pois as mulheres sempre foram submissas aos homens, estes dominavam todos os setores sociais, inclusive esse foi um dos focos das lutas feministas, contra essa dominação e uma da tarefa duríssima de ser realizada, pois o feminino para os homens era tido como inferior e incapaz, dessa forma, percebe-se que essa ideia estava enraizada na mente da sociedade da época, o que tornava ainda mais difícil a luta das mulheres. Esse discurso de superioridade masculina em relação ao feminino fica nítido na fala de Freitas (1911, p.73):

A mulher não tem o vigor muscular do homem. A natureza conformou-a diversamente de nós para a maternidade. Fisiologicamente, histologicamente de conformação diferente da nossa, a mulher tem gostos, aptidões diferentes das nossas. Ainda não apareceu uma sábia, uma mestra, uma pintora comparável aos sábios, maestros e pintores. Joana Darc, a maior guerreira, se fez uma exceção no gênero pela sua evidente loucura, não entra nos quadros dos grandes guerreiros e foi heroica com o mesmo título que Antônio Conselheiro foi herói.

O autor reforça a posição feminina na sociedade, principalmente em relação ao masculino, uma posição de inferioridade, de incapacidade de igualdade em relação aos homens, pois os mesmos se achavam em um grau maior de evolução ao dizer que a intelectualidade feminina não podia ser comparada com a masculina, ainda, que ambos são muitos diferentes, já que para as mulheres foi reservado, principalmente, o papel de ser mãe.

Mas, o tempo mostrou que as mulheres têm capacidade intelectual tanto quanto os homens, inclusive, atualmente elas se mostram capacitadas para concorrer com os homens, na educação, no trabalho, dentre outros setores sociais. Dessa forma, as mulheres vêm lutando por seu lugar na história, na sociedade, elas vêm conquistando seu lugar no meio social, através de suas lutas, de movimentos organizados, objetivando uma inclusão em todos os setores sociais, e, também, por uma igualdade de gênero, já que por séculos foram objetos de submissão masculina (PINTO, 2010).

Como já exposto, antes da contribuição feminista, as mulheres não apareciam na história, nos séculos XVIII e XIX, os intelectuais desta época pouco falavam sobre personagens femininas. Quando apareciam em suas narrativas, não possuíam identidade: rosto, voz e lugar de fala. Falamos disso sobre a mulher branca, sobre a negra a perspectiva não só era a da invisibilidade quanto a da exploração. Na década de 1930, a partir dos escritos de Freyre, as mulheres tornam-se mais evidentes, porém ainda

classificadas a partir de uma figura submissa, sem autonomia ou incapazes de pensar por conta própria (RAGO, 2011).

Com o passar dos anos, a situação começa a mudar, mulheres agora começam a traçar suas próprias narrativas e contar suas próprias histórias. A partir da década de 1980, essas tomam posse da produção de conhecimento acerca de suas vivências e experiências individuais, bem como coletivas. Esses escritos tornam-se de extrema importância ao passo que desfazem todos os mitos estabelecidos anteriormente sobre a imagem feminina. Conhecemos a partir dos relatos, mulheres fortes, independentes e insubmissas, características que refutavam as teorias masculinas sobre a significação de ser mulher.

Foram temas expostos por elas:

[...] a presença das mulheres nas greves, manifestações operárias e outras formas de luta social até a bruxaria, a prostituição, a loucura, o aborto, a maternidade e o parto, a saúde, a sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, para grande surpresa e insatisfação dos antigos historiadores, acostumados às questões econômicas e políticas de uma macrohistória. (RAGO, 2011, p.02)

Apesar das grandes conquistas que decorreram desse movimento, é fato que o feminismo que se estabelecia não pautava os sentimentos e expectativas de todas as mulheres. De acordo com Damasco et al. (2012), embora feministas tivessem obtido grandes conquistas ao se tratar do panorama anterior, elas não absorviam as necessidades de mulheres negras. No 3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que aconteceu na cidade de São Paulo, no ano de 1985, mulheres negras reivindicaram que se incluísse o debate acerca a temática racial no movimento feminista.

Entre as demandas apresentadas, evidenciavam-se: “[...] a luta contra a violência doméstica, ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, à assuntos relativos à saúde, como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras” (DAMASCO *et al.*, 2012, p. 135). Dito isso, destinamos o próximo capítulo para falar da constituição do feminismo negro, suas pautas e reivindicações, assim como a sua necessidade de existência.

### **4.3 Surgimento do movimento feminista**

Como já se viu anteriormente, a história das mulheres surge a partir do momento em que os menos favorecidos entraram em foco, o cotidiano e a família, atrelados aos movimentos feministas. Esse último foi fundamental para que as mulheres aos poucos fossem conquistando seu espaço na sociedade, seu lugar na história, tornando-se objeto de estudo, nas relações e igualdade de gênero, já que o homem dominava todos os setores da sociedade. Isso faz com que os movimentos feministas se tornem um dos fatores essenciais para a saída da mulher da esfera doméstica (MOREIRA, 2007).

Quando falamos das reivindicações das mulheres que se deram a partir do século XIX principalmente na Europa e dos Estados Unidos, não queremos dizer que não existiram reivindicações de mulheres antes desse período em outros lugares. As reivindicações sempre existiram, aliás não só de mulheres, mas de todo o povo que se sente oprimido em algum momento. No entanto, é neste momento que o pensamento feminista existente naquela conjuntura define como se darão tais lutas (PINTO, 2010).

Nesse sentido, as ondas feministas se configuram como uma reivindicação que surge a partir do século XIX e abrange tanto a Europa quanto os Estados Unidos. Tem como pauta principal a busca de direitos iguais entre homens e mulheres. As mulheres acreditam também que esses direitos se dão por meio da educação e por meio de uma relação mais simétrica dentro do casamento (PINTO, 2010).

As reivindicações dessa primeira onda se dão principalmente a partir dos ideais da Revolução Francesa, em que as mulheres tiveram participação ativa e que não conseguiram colher os frutos dessa atuação como os homens envolvidos nesse processo. Ao fim dessa manifestação, há uma mudança de status do homem, ele passa a ser considerado um sujeito de direitos, tendo direito sobretudo a propriedade, mas para surpresa das mulheres que participaram ativamente do movimento e estavam lado a lado aos homens na Revolução Francesa, seus direitos não foram considerados (MOREIRA, 2007).

Assim, após a Revolução Francesa sai um documento denominado direitos do homem e do cidadão o qual as mulheres não estão inclusas. Tal documento contém direitos conquistados na Revolução Francesa, mas que foram concedidos somente aos homens. As mulheres que participaram intelectual e ativamente da revolução passam também a querer participar desses direitos igualmente aos homens (MOREIRA, 2007).

A partir do século XX, mulheres começam a se organizar na tentativa de ganhar alguma visibilidade. Ficaram conhecidas como as sufragistas. No início, as manifestações assumiam um caráter muito pacífico, o que não trouxe resultados positivos para as manifestantes, pelo contrário, essas viraram motivo de piada entre homens e outras mulheres que não compreendiam o sentido dessa luta. Dessa forma, começaram a agir de maneira mais violenta, causando danos a propriedades e fazendo ainda mais barulho (PINTO, 2010).

É desse jeito que começam a chamar atenção, ainda que de forma negativa, mas tais ações geravam o questionamento sobre o motivo de tal comportamento. Será que essas mulheres tinham razão em agir daquela forma tão violenta? Sabemos que na verdade nenhuma conquista de qualquer movimento se obteve através de conversa e paciência. O mesmo se repetiu com o movimento feminista. Então um dia, Emily Davison, uma das militantes mais fortes no movimento, se atira na frente do cavalo do rei na corrida em Derby, morre atropelada por este e se torna mártir. A partir desse evento, o movimento ganha uma maior sensibilidade e causa ainda mais impacto fazendo com que o direito ao voto fosse concedido as mulheres inglesas no ano de 1918 (PINTO, 2010).

Não diferente de outros lugares do mundo, a primeira onda do movimento feminista no Brasil também se destacou em meio a reivindicações sobre o direito ao voto. As mulheres brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, que inclusive foi uma das fundadoras da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino. O direito ao voto para mulheres no Brasil foi conquistado no ano de 1932, promulgado no Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2010).

Carvalho (2001) comenta que tais conquistas não eram suficientes para modificações na estrutura social, havia a necessidade de ir mais além, para que as transformações fossem realmente incorporadas à sociedade:

Este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960. No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher” (PINTO, 2010, p. 16).

A segunda onda feminista só ocorre em 1960 e vai mais ou menos até 1980. Com direitos conquistados na maior parte dos países, as mulheres eram iguais aos homens

perante a lei, porém, começaram a notar que na prática essa igualdade não ocorria. Dessa forma, podemos dizer que esse movimento se preocupa sobretudo em compreender por que ainda existe submissão das mulheres, então várias feministas passam a se questionar a respeito da ideia de mulheres e feminilidade, ou seja, o que vai reger este movimento é a pergunta: o que é ser mulher o que significa?

Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de “bíblia” do novo feminismo: *A mística feminina*. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (PINTO, 2010, p. 16).

Toda essa visão de mulher que os Estados Unidos traziam naquele momento, se dava devido a busca de vender a elas os seus eletrodomésticos, bem como uma reação patriarcal tentando fazer com que as mulheres retornassem a vida privada. Assim, Friedan (1963) passa a questionar essa mística feminina e chega à conclusão que por causa desta, mulheres estariam adoecendo. Pôde-se observar daí várias mulheres com muita ansiedade, depressão e diversos problemas psíquicos, que de acordo com Friedan se dava ao passo que essa mística inventada reduzia o mundo feminino ao privado (PINTO, 2010).

Com as lutas do movimento feminista, iniciadas nos anos 1970, no Brasil, passa a existir a preocupação com relação ao ser feminino, inclusive, surgiram debates sobre a posição da mulher, que tinham como foco o fim da discriminação feminina. Nos anos 1980, houve o afloramento dos movimentos feministas, que envolveu lutas contra a opressão e exploração de mulheres, uma busca pela real cidadania e o seu reconhecimento como cidadã, por parte do poder público. Esses movimentos surgiram para que a desigualdade de gênero fosse amenizada, para uma maior emancipação das mulheres, que vinham sendo oprimidas ao longo da história. Sobre o movimento feminista, Hernandez (2007, p.2) cita que:

A história do feminismo é dividida em dois períodos, “a primeira geração” que vai dos anos 1860 até 1920, representada basicamente pela igualdade de

direitos e movimentos reformistas; e a “segunda geração”, que teve maior força no final da década de 1960. Neste período, os movimentos feministas caracterizaram-se por duas correntes: a primeira enraizada pela igualdade de direitos, preocupada em eliminar a subordinação e discriminação contra as mulheres, tanto no âmbito privado quanto no público. A segunda caracterizou-se pela tendência à emancipação política, sob uma mudança radical.

Percebe-se que o autor caracteriza os movimentos feministas em duas vertentes, na primeira, as lutas visam à igualdade de direitos, com maior preocupação em excluir a submissão e a discriminação contra as mulheres, tanto no ambiente privado quanto no público; na segunda, as lutas que objetivam a emancipação das mulheres e a sua inserção na vida pública, inclusive a participação política. Isso gerou uma mudança radical na sociedade, pois, até então, o espaço exclusivamente feminino era o espaço doméstico, ou seja, do lar, cuidar do marido, dos filhos e do bem da família.

Entretanto, a participação feminina no espaço público causa uma reviravolta no meio social, pois há uma quebra com os padrões pré-estabelecidos pela sociedade com relação à mulher, além disso, a participação delas nos movimentos sociais rompe com a condição de invisível diante da sociedade, legitimando sua condição de cidadã, possuidora de deveres e direitos, mesmo que seja um processo atual, sem dúvidas é uma verdadeira busca pelo resgate da cidadania (RAGO, 2009).

Além disso, as mulheres não lutavam apenas por igualdade de direitos, políticos e de gênero, mas, também, contra a opressão sofrida pelo regime militar em vigor no Brasil, no início das décadas de 1960 a 1980, o período pelo qual o país passava influenciou a sociedade de tal forma que fez com que surgissem novas maneiras de pensar e agir por parte de seus cidadãos, que se encontravam diante de enormes desigualdades sociais. Diante das transformações ocorridas, principalmente, a partir dos anos 1960, fez despertar nas mulheres não só o desejo de conquistar seu espaço nas universidades e no mercado de trabalho, mas emergir uma consciência política feminina (PINTO, 2010).

Esse momento da história brasileira propiciou o surgimento de vários movimentos que pregavam, além da liberdade de pensamento, a igualdade entre os sexos. Nos anos 1960, o feminismo militante surge como uma consequência da resistência das mulheres à ditadura, que colocou a mostra a questão da mulher. Esse movimento tinha como objetivo contestar o poder, tanto no mundo privado das relações entre homens e mulheres quanto dentro da sociedade. Nesse sentido Costa (2005, p.13), afirma que:

Com o golpe militar de 1964 no Brasil, e posteriormente em vários países latino-americanos, os movimentos das mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados. Não obstante, não pode esquecer que os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares nesse período e aos regimes militares instalados.

O autor refere-se ao regime militar como um período de censuras, momento em que os movimentos feministas e outros movimentos populares foram silenciados, fazendo com que as mulheres através dos movimentos feministas lutassem contra essa opressão. Dessa maneira, a presença das mulheres na luta armada foi vista como um momento de transgressão ao papel que sempre lhes foi atribuído, que era o de dona de casa, esposa e mãe. Assim, essas mulheres assumem um comportamento destoante dos padrões de gênero e sexuais antes impostos, o que colocava em xeque o estabelecimento do casamento e da virgindade, passando a agir de forma que jamais se poderia pensar de uma mulher, ou seja, pegar em armas assim como os homens e conseguir obter êxito com este tipo de comportamento.

O movimento feminista no Brasil, na década de 1970, obteve muitas conquistas, como o reconhecimento pela ONU da questão da mulher, que declarou no ano de 1975, o ano Internacional da mulher. Dessa forma, o movimento feminista surge nesse período, segundo Costa (2005, p. 13), “[...] sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização, que implicou uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional”.

Percebe-se na fala do autor, a influência que teve os movimentos feministas internacionais para surgimento dos movimentos feministas no Brasil, consequência do processo de modernização, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e, também, no setor da educação. Além disso, as mulheres buscavam mais equilíbrio de direitos entre os sexos, com isso, a ação delas perante a sociedade provocou mudanças, como o avanço à emancipação econômica e social, contribuindo decisivamente para que as mulheres buscassem cada vez mais a igualdade de direitos (PINTO, 2010).

A terceira onda do feminismo ocorre a partir da década de 1990, vem a partir da ideia de que as mulheres são diversas e que necessitam de demandas específicas. Dessa forma se faz um recorte muito maior, é nela que se desenvolve com maior força o movimento negro, bem como um movimento feminista que abarque as mulheres lésbicas e as mulheres trans (PINTO, 2010).

Dessa forma, a inclusão das mulheres na história, além dos novos enfoques historiográficos aos movimentos feministas, foi um aspecto fundamental para que elas lutassem não só pela sua inclusão na narrativa histórica, mas pela igualdade de direitos políticos e igualdade entre os sexos, já que por séculos elas foram silenciadas e excluídas do meio social.

Ainda que consigamos observar a importância de como se constitui o movimento feminista, não podemos deixar de perceber que esse movimento se constrói enquanto uma ação eminentemente branca. Os direitos que estavam sendo garantidos com as pautas levantadas, eram os direitos de um tipo particular de mulheres. Ribeiro (2019) observa que a luta pela inclusão de assuntos sobre as especificidades da mulher negra é de cunho ideológico. A ausência da mulher negra no discurso feminista faz com que as problemáticas dessa situação não sejam visualizadas. Como não são observadas, caem na não existência, e ninguém busca soluções para um problema que não existe. Por isso, essa invisibilidade também se configura como ação ideológica. Desta feita, reservamos o próximo capítulo para elucidar a importância de um movimento feminista inclusivo nessa perspectiva.

## 5 O QUE MUDA COM A COR DE PELE?

### 5.1 Mulheres negras e resistência: reflexões sobre o feminismo negro

O movimento feminista “universal” compartilha com movimento feminista negro a luta contra o sexismo, pois nenhuma mulher está isenta de passar por episódios machistas. Mas é necessário que se compreenda que mulheres negras e mulheres brancas possuem diferenças e precisam ser tratadas e pensadas a partir destas:

Usar o termo “feminismo negro” desestabiliza o racismo inerente ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento político somente para brancos. Inserindo o adjetivo “negro” desafia a brancura presumida do feminismo e interrompe o falso universal desse termo para mulheres brancas e negras. Uma vez que muitas mulheres brancas pensam que as mulheres negras não têm consciência feminista, o termo “feminista negra” destaca as contradições subjacentes à brancura presumida do feminismo e serve para lembrar às mulheres brancas que elas não são nem as únicas nem a norma “feministas”(COLLINS, 2017, s.p).

Assim, precisamos falar do que muda com a cor da pele. Ribeiro (2019) afirma que sentia dificuldade de se encontrar no feminismo dito universal. Diz que posteriormente compreendeu que sua falta de identidade com o movimento se dava a partir da percepção de que as particularidades e especificidades das mulheres negras não eram consideradas em suas pautas. A partir da leitura de autoras negras ela começou a se enxergar dentro do feminismo, mas um feminismo diferente, um feminismo que denunciava inclusive a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento feminista.

O aparecimento do feminismo negro remete a segunda onda do feminismo que se situa entre a década de 1960 e 1980. A temática ganha visibilidade devido a fundação da National Black Feminist, além de que autoras negras começam a discorrer sobre o assunto. A partir do discurso de Sojourner Truth<sup>17</sup> com o título de “E não sou eu uma

---

<sup>17</sup> “Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797, foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio)”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-umamulher-sojourner-truth/> Acesso em: 22 de setembro de 2019.

mulher?” Que aconteceu na convenção dos direitos das mulheres no estado de Ohio<sup>18</sup>, podemos perceber a denúncia de que mulheres negras e brancas viviam situações muito diferentes. Enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito de votar e de trabalhar, a luta das mulheres negras era para que fossem enxergadas em sua humanidade:

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, por que você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.

De acordo como Moreira (2007), existem várias narrativas sobre a origem do feminismo negro. A primeira refere-se a falta de espaço para as pautas das mulheres negras no feminismo tido como “universal”, ignorando as especificidades destas, mulheres brancas resumiam suas lutas a necessidades que acreditavam serem gerais. Um outro argumento seria o surgimento do feminismo negro após a comemoração do centenário da abolição. Mas aqui, pensamos o surgimento do feminismo negro a partir da intersecção entre raça, gênero e classe.

---

<sup>18</sup> Discurso de Sojourner na Womens Rights Convention em Akron no ano de 1951. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> Acesso em: 22 de setembro de 2019.

Mulheres negras carregam especificidades pela cor da sua pele. Particularidade esta desenvolvida a partir do racismo que se estruturou após quase 400 anos de escravidão de negras e negros. Do processo escravista, resultam as condições socioeconômicas da população negra, que por não ser absorvida enquanto mão de obra livre, passaram a viver na miséria. Além de suportar o racismo e a pobreza, mulheres negras experimentam ainda o sexismo. A partir do reconhecimento do entrecruzamento das opressões (gênero e raça) que são geradoras de outras e de extrema importância para o reconhecimento da geração de outros tipos de opressões. Não é recente a forma que o feminismo é pensado para além da compreensão universal por mulheres negras. Dito isso, é necessário falarmos sobre o conceito de interseccionalidade, que de acordo com Akotirene (2019, p. 59) demarca:

[...] o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras.

Desta feita, podemos dizer que interseccionalidade é a percepção de que não se pode pensar separadamente as categorias gênero, raça e classe pois estas estão intimamente conectadas. Torna-se significativo realizar um estudo interseccional ao passo que percebemos o lugar que mulheres negras ocupam na sociedade. Comumente são associadas ao tráfico de drogas ou a matadoras de companheiros (que anteriormente as violentaram) entre outros locais de marginalidade. Pensar interseccionalidade faz com que os movimentos raciais e feministas possuam “[...] chances metodológicas de preencherem lacunas acadêmicas sobre o encarceramento e violências contra as mulheres, usando aportes da subordinação interseccional” (AKOTIRENE, 2019, p. 60-61).

Ribeiro (2019, p. 53) explica que ainda existe resistência por parte das feministas brancas por essas não perceberem que apesar de a luta contra o sexismo unir mulheres brancas e negras existem algumas especificidades que precisam ser colocados em pauta. É necessário que mulheres brancas comecem a reconhecer seus privilégios e passem a não tratar a questão racial como uma banalidade.

Para falar dessas especificidades, nos apoiamos em Piedade (2017) que traz o conceito de “dororidade” para mulheres negras, que diverge de um dos mais conhecidos valores compartilhados pelo feminismo “universal”, o de “sororidade”. Segundo a autora, diferentemente do companheirismo e empatia que alia as mulheres brancas, a realidade que une mulheres pretas vem da dor. A dor de ser mãe, de perder seu filho cedo, do

racismo, do sexismo, da hipersexualização, do desemprego e da desumanização. Ou seja, quando se “universaliza” o feminismo, se reivindica direitos para um grupo específico de mulheres. Falar sobre feminismo negro traz a ruptura dessa universalização que é bem mais excludente do que inclusiva.

Assim, se faz importante pontuar a partir de que momento o feminismo negro passa a ser discutido em nosso país. Conforme Ribeiro (2019, p. 52) o Brasil passa a experimentar o feminismo negro a partir da década de 1980:

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do terceiro encontro feminista latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros coletivos de mulheres negras, época em que aconteceram alguns encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Berth (2019) sinaliza a importância que teve os escritos de mulheres negras acerca das formas de resistência, pois essas falavam de coisas que mulheres negras já faziam mesmo sem que a nomenclatura “feminismo negro” chegasse nela. Coloca que o lugar de marginalidade dá certa vantagem a mulher negra. Reconhece que estar nesse não lugar de mulher negra pode trazer dor, mas que apesar disso é potente. Dessa forma podemos dizer que talvez a força da mulher negra seja construída a partir do lugar em que elas observam a caminhada sociedade, pois é desse lugar que ela adquire força e ferramentas para superação desses obstáculos.

É a partir da observação da sociedade deste lugar que mulheres negras se constroem e pensam em estratégias para enfraquecer o racismo estrutural e suas opressões que se sobrepõe a elas para que a definição de humanidade seja ampliada e as absorva. O feminismo negro deve ser compreendido enquanto complementar ao feminismo “universal”, ele surge para dar visibilidade a necessidades diferentes, de pessoas distintas e com outras especificidades (BERTH, 2019).

Ainda que a construção de conhecimento acerca do feminismo negro seja importante, a tentativa de sair de espaços “elitizados” torna-se indispensável. Collins (2017) evidencia as conquistas de mulheres negras entre as décadas de 1970 e 1980, mas elucida que se deve tomar cuidado sobre uma suposta “ilusão de mudança”. A autora nos convida a reparar que existem muito mais escritos de mulheres negras do que mulheres negras ocupando lugares como as universidades, ou lugares públicos. Sua preocupação é

de como o sistema capitalista se aproveita dos discursos que envolvem este tema, e ao invés de dar visibilidade, que ele as explore ainda mais.

Para Collins (2017, s.p), as mulheres negras lidam com um novo desafio agora. Antes precisavam que suas vozes fossem ouvidas, agora, precisam dar conta da coletividade que as constituem, para que não seja percebida como uma voz singular. Ainda que com todas as diferenças que rondam as mulheres, inclusive as mulheres negras, é necessário que essas estejam unidas:

[...] Dado o contexto político cada vez mais problemático que tem afetado as mulheres negras como um grupo, tal solidariedade é essencial. Assim, a garantir a unidade do grupo, embora reconhecendo a enorme heterogeneidade que opera dentro dos limites do termo 'mulheres negras', compreende um desafio fundamental agora confrontado pelas mulheres afro-americanas.

Ao pautar o feminismo negro, chegamos ao que entendemos como empoderamento. Segundo Berth (2019), quando falamos de empoderamento, não o percebemos de maneira individual e sim baseado na coletividade. O empoderamento se exerce não somente no reconhecimento de uma mulher como negra, é muito mais sobre como ela age com essa identificação, de que forma isso rebate em outras mulheres negras. Empoderamento é sobretudo uma ferramenta para a construção de uma rede solidária entre mulheres negras.

Ao contrário do que se pensa, empoderamento nada tem a ver com a suposta força da mulher negra. Ribeiro (2019, p.20) fala sobre sempre ser exigido que a mulher negra seja e esteja forte, pois assim se caracterizou a construção da imagem da mulher negra. E nos diz que esta imagem é desumana:

[...] Somos fortes porque o estado é omissivo, porque precisamos enfrentar uma realidade violenta. Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais uma forma de morrer. Reconhecer fragilidades, dores e saber pedir ajuda são formas de restituir as humanidades negadas. Nem subalternizada, nem guerreira natural: humana.

É através do reconhecimento da omissão do Estado que damos início ao próximo item de nossa discussão. Quando o Estado se exclui de suas responsabilidades, a resposta vem por meio da resistência. Desta feita, apresentaremos um pouco da história do movimento negro brasileiro e alguns coletivos que protagonizam a luta de mulheres negras no Ceará.

## 5.2 Movimento negro e mulheres negras em ação

De acordo com Moreira (2007), o aparecimento do primeiro movimento negro brasileiro data da década de 1930. A Frente Negra Brasileira destaca-se enquanto uma organização que visa a integração do negro na educação. Bem mais tarde, surge o Movimento Negro Unificado (MNU), que passa a alterar o cenário do movimento negro no Brasil, nesta pauta as principais formas de violências sofridas pela população negra no país. Essa mudança de postura enquanto as reivindicações se dá também devido a ideologias distintas dos movimentos em evidência entre as décadas de 1930-1950 e os movimentos que se estabeleciam durante a década de 1970:

[...] a Frente Negra Brasileira defendia uma ideologia nacionalista que levava ao caminho da assimilação e identificava o negro como “brasileiro”, excluindo quaisquer vestígios que remetesse à herança africana. De cunho igualmente nacionalista, o Teatro Experimental do Negro recusava a terminologia negro, argumentando que, como o povo brasileiro era negro, a questão que se colocava era uma questão nacional, e não uma questão específica da população negra. Diferentemente da Frente Negra Brasileira, os ideólogos do Teatro Experimental do Negro se contrapunham à ideologia do embranquecimento, sem, contudo, esquecer que era necessário inserir essa população na moderna sociedade industrial brasileira que ora se configurava (MOREIRA, 2007, p.45).

A emergência do MNU coincide com o enfraquecimento do regime ditatorial e processo de lutas pelos direitos civis de norte-americanos. Além disso, contavam com o aparecimento de blocos afros, escolas de samba e outras atividades culturais que corroboravam para o fortalecimento da cultura negra no país (MOREIRA, 2007).

Após a democratização, os movimentos sociais começam a ser descriminalizados. O movimento negro segue a linha dos movimentos de esquerda, embora também busque acesso às reivindicações identitárias. Sua principal queixa decorre do mito da democracia racial que se constrói no Brasil e na busca de uma real democracia, onde negros conseguissem gozar de direitos como a população não negra brasileira. Hoje, podemos afirmar conquistas dos movimentos negros principalmente através das políticas de ação afirmativa que se consolidam, mas é certo que temos um vasto caminho a percorrer (MOREIRA, 2007).

E por falar em caminhos longos, se faz necessário perceber a posição da mulher negra dentro do movimento negro. Apesar de essas protagonizarem vários atos reivindicatórios, sua presença sempre esteve subalternizada à imagem do homem negro.

É dessa forma que se estabelece o problema: o movimento negro não dá conta das demandas de mulheres negras por expressar muitas características sexistas e o movimento feminista “universal” não contempla as especificidades da mulher negra.

É nessa perspectiva que surgem os movimentos feministas negros. E para ilustrar a realidade e o cotidiano do Ceará, apresentamos três movimentos com tais características que reivindicam visibilidade e direitos para mulheres pretas no estado. Afinal, como sinaliza Ruiz (1980 *apud*. MURGEL, p. 1) em resposta à Caetano Veloso:

A história foi feita pelos homens. E escrita por eles. Aliás, tudo foi escrito, analisado, estudado pelos homens. Inclusive as mulheres. Quer dizer, tudo que se fala e sabe sobre mulher foi dito pelos homens. Pelo menos, até uns poucos anos atrás. Faz muito pouco tempo que as mulheres escrevem. Talvez por isso nenhuma se debruçou tanto sobre a alma feminina quanto Machado de Assis, Flaubert, Balzac, Tolstói, entre centenas na literatura. Ou como você e Chico entre outros na nossa música. Somos Capitu, Gabriela, Carolina, Tigresa. Somos o que vocês disseram que somos. Em outras palavras, até o conceito de mulher é masculino, ou era, até recentemente. Os critérios são a visão do homem. [...] As mulheres, e, principalmente elas, precisam colaborar com a sua visão das coisas para acelerar esse processo de fundar uma nova ótica, especialmente sobre a própria mulher.

Começamos então com o projeto de extensão Mulheres Negras Resistem. Seu surgimento parte da iniciativa da Profa. Dra. Vera Rodrigues, em parceria com a Profa. Dra. Zelma Madeira e algumas alunas de pós-graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Ariadne Rios e Mona Lisa da Silva. Rodrigues (2019) conta que esse projeto já era pensado por ela anteriormente, mas que se materializou em sua mente com a morte da vereadora Marielle Franco.

Após o assassinato da deputada, um grito de desespero e revolta ecoou na garganta de muitas pessoas, particularmente na de mulheres negras. Uma dor que só pode ser sentida a partir do compartilhamento de um lugar de vulnerabilidade e discriminação. Essas mulheres dividem o lugar de uma sociedade machista e racista que as mata diariamente (RODRIGUES, 2019).

Diante disso, Rodrigues (2019) percebe uma maior necessidade da construção de um espaço por e para mulheres negras falarem sobre suas questões, anseios, conhecimentos e resistências. Assim nasce o projeto, que em sua primeira edição disponibilizou 25 vagas, tanto pela dificuldade de um local para a realização, como por ser um projeto iniciante. Para a surpresa das envolvidas, inscreveram-se 92 pessoas, tornando evidente a necessidade de existência daquele lugar.

A ficha de inscrição contava com um questionário que pautava assuntos como: a pertença racial das(os) candidatas(os), o motivo de estarem se inscrevendo no projeto e por que achavam importante a existência do mesmo. As respostas evidenciaram a maioria de inscrições de mulheres que se consideravam negras, a necessidade de estar em um lugar que se discutisse suas questões juntas as suas semelhantes e a conjuntura que se estabelecia no país. De acordo com Rodrigues (2019, p. 40):

Nessa abordagem analítica a existência do “eu negra” é parte do “nós negras”, o que pode potencializar para além do pertencimento como sujeito, o viés do coletivo. Temos assim algo que nos é caro para pensarmos em formação de redes, coletivos ou outra denominação que se queira dar ao compartilhamento de experiências que nos interligam, aproximam e fomentam nosso protagonismo.

O curso foi estruturado em cinco módulos que baseavam a discussão, eram eles: 1 – Ideias são a prova de bala; 2 – Nossos passos vêm de longe; 3 – Nós por nós; 4 – Feminismos negros e; 5 – Estado, democracia e políticas públicas. “Os módulos foram nomeados com base no contexto sócio-político de luta das mulheres negras, atentando para expressões de ativismo e produção de conhecimento (RODRIGUES, 2019, p. 38)”.

Rodrigues (2019), elucida que no decorrer do curso, era perceptível a partir de relatos das cursistas que se havia a necessidade latente de compartilhamento de experiências entre mulheres negras, por sempre se destacar temas como as vivências de silenciamento cotidianos sofridos pelas mesmas. E a partir dessa assimilação, houve a confirmação da pertinência de uma formação teórico-política para mulheres negras.

Uma das propostas do curso em questão é a de realizar atos interventivos ao fim de cada módulo, levando para outros lugares os aprendizados e vivências das cursistas. Ampliando a discussão, dando asas ao conhecimento obtido. De acordo com Santos (2018, p. 56-57), que integrou a 1ª edição do projeto:

O primeiro Ato de Intervenção aconteceu no dia 23 de Junho de 2018 no Centro Cultural Bom Jardim. [...] Na ocasião ocorreu uma exposição de banners que continham fotografias de mulheres negras que resistiram em seus diversos espaços de atuação, como a música, arte movimentos sociais e o espaço acadêmico. [...] O Segundo ato de intervenção ocorrido no Cuca Mondubim no dia 27 de Julho de 2018, foi organizado no formato de *Cine Debate*, na ocasião exibimos o documentário *Sangoma* produzido pela Companhia Capulanas de Arte Negra. [...] Ao final construiu-se um debate entre as cursistas do projeto e os demais presentes, onde pautamos a importância de compreender saúde como um conjunto de fatores de bem-estar e acesso a direitos como o saneamento básico, por exemplo, acesso à saúde pública de qualidade, direito à informação e combate às violências que incidem

sobre a vida das mulheres. [...] O terceiro e último ato de intervenção aconteceu no dia 27 de Outubro de 2018, no Centro Cultural Dragão do Mar e foi realizado em formato de *Sarau Poético*. Na ocasião as cursistas e as professoras Vera Rodrigues e Rosalina Tavares recitaram poemas de autoria de mulheres negras como Cristiane Sobral e Maya Angelou, bem como de letras de músicas e textos de outras mulheres negras.

Além de tais intervenções, o projeto Mulheres Negras Resistem se fez presente ainda na marcha da “Mulheres unidas contra Bolsonaro”, popularmente conhecida como “Ele não”. Lutavam pelo direito democrático de existirem, resistiam por esse direito. Por sua participação social em eventos como este e união de mulheres negras em suas dororidades e lutas cotidianas, consideramos que além de um projeto de extensão, este se configura enquanto um movimento feminista negro. Além disso, conforme Santos (2018, p. 60), grande parte das cursistas da 1ª edição são advindas de movimentos de mulheres e/ou antirracistas:

No campo do ativismo, elas afirmaram participar: Movimento Sindical, Movimento de Juventude e Mulheres Negras/Partido de Esquerda, Coletivo Enegrecer, Movimento Negro Unificado, Movimento Negro e de Mulheres, Marcha Mundial de Mulheres/Enegrecer/Kizomba, Coletivo Scinegrx, Ong's e Rede de Empreendimentos de Negros/as, Ong Vetor Brasil, Núcleo da Igualdade Racial de Sobral, Coletivo Natora, Movimento Artístico e Cultural Pedagogia/Quilombola/Feminista. Além disso, há uma cursista representante Quilombola.

Atualmente, o projeto encontra-se em sua segunda edição que conta com 40 cursistas, selecionadas meio a 808 inscrições. O que comprova o sucesso e visibilidade deste e ainda a importância do assunto vivenciado, discutido e exposto por tais mulheres (RODRIGUES, 2019).

Como um dos grupos referência no estado e no país, temos o Instituto Negra do Ceará (INEGRA). Este foi criado no ano de 2003 através da união de treze mulheres negras que se tornaram as sócias-fundadoras do coletivo. São 16 anos de história que juntou mulheres de várias áreas do conhecimento e simbolizou várias parcerias, podendo ser citadas: Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR), Fórum Cearense de Mulheres (FCM) e Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família (NUAFRO).

De acordo com Oliveira e Santana (2019, p. 01) a INEGRA é:

[...] o único coletivo feminista atuante com mulheres em situação de privação de liberdade. Abordando através da educação popular feminista negra, temáticas acerca do racismo, direitos humanos, sistema de justiça, lesbianidade, relações étnico-raciais, negritude, afetividade, gênero, patriarcado, filtragem racial, entre outra, tendo como base epistemológica saberes e fazeres afrodiaspóricos, em diálogo com os saberes trazidos pelas mulheres encarceradas.

Desde 2015, o instituto percorre caminhos dentro e fora do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPFAMC). A motivação para iniciar tais pesquisas se deu após a prisão da carioca Mirian França, mulher negra, doutoranda e única acusada do assassinato de uma turista italiana que aconteceu em Jericoacoara/CE. Visto que todo o procedimento que levou a prisão de Mirian foi permeado de racismo, sexismo, violência e lesbofobia, após sua libertação, a INEGRA decide viabilizar outros casos como esse que aconteciam no estado do Ceará (OLIVEIRA; SANTANA, 2019).

Assim, passou a realizar formações políticas semanalmente com as mulheres encarceradas. Além de também realizar estas com as mulheres da Central de Alternativas Penais (CAP) e com aquelas que cumpriam penas alternativas no CEJA Paulo Freire. Conforme Oliveira e Santana (2019, p. 03):

Os objetivos principais das formações eram problematizar, a partir da educação popular feminista negra, o cotidiano daquelas mulheres. Visibilizar e encontrar os entrecruzamentos das opressões raciais, patriarcais e de classe vividas por elas, que também eram vividas por nós. As temáticas étnico-raciais, relações de gênero e patriarcais e as contradições do modo de vida capitalista estavam presentes nos nossos encontros. Além das músicas, tambores, capoeiras, danças e poesias.

Com essa experiência, as integrantes do instituto puderam perceber que a pobreza, violência policial e uma vida que expressava nítidas violações de direitos apareciam como regra nos relatos de todos os grupos com que trabalharam. A partir dessas percepções a INEGRA se propôs a escrever o projeto “Pelas asas de Maat” “[...] garantindo o acesso à justiça das mulheres em situação de privação de liberdade no Ceará”, do qual foi aprovado e financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos em julho de 2015” (OLIVEIRA, SANTANA, 2019, p. 4).

Em seguida a INEGRA iniciou um projeto que visava pensar sobre as políticas públicas de justiça no intuito de diminuir o encarceramento de mulheres negras. O novo projeto foi chamado de “Mulheres Negras: quebrando as novas correntes”, que também foi financiado pelo mesmo fundo. Desenvolveu o projeto “Tecendo Negras Liberdades”

que se encerrou no mês de novembro do ano de 2019. Este se alongava até as regiões metropolitanas do Ceará impulsionando o debate e denúncia junto a sociedade sobre questões de violação de direitos da população negra, encarceramento, racismo e sexismo (OLIVEIRA; SANTANA, 2019).

A INEGRA encontra-se anualmente envolvido principalmente com o Seminário Fortaleza Negra e atos referentes ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), Dia da Mulher Latino-Americana e Caribenha (25 de julho), Jornada Pela Legalização do Aborto Legal e Seguro e Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Além disso, cabe ressaltar que o instituto desenvolve pesquisas em parceria com instituições acadêmicas (OLIVEIRA; SANTANA, 2019).

Em 2008, o Instituto redirecionou seus eixos norteadores para: 1. Racismo e Políticas Públicas; 2. Racismo Institucional; 3. Violência Racial; 4. Mulheres e Raça Identidade e Visibilidade/Reconhecimento e; 5. Desenvolvimento Institucional. Seu objetivo é impulsionar princípios étnico-raciais, culturais e políticos priorizando mulheres negras com o foco no debate feminista e antirracista (OLIVEIRA, SANTANA, 2019).

No site da INEGRA é possível encontrar textos produzidos pelas integrantes, fotos e vídeos de atividades desenvolvidas, indicação de páginas para mais informações sobre movimento negro, feminista e negritude, suas parcerias entre outras informações. Divulgam também suas redes sociais Facebook, Twitter e Instagram.

Fugindo um pouco do eixo Fortaleza, temos o grupo de mulheres Pretas Simoa. Este coletivo de mulheres negras presta homenagem à líder abolicionista cearense Tia Simoa, que lutou junto ao seu companheiro no que ficou conhecida como a “Greve dos Jangadeiros” acontecida no ano de 1881 em Fortaleza/CE. Este movimento decretou o fim da embarcação de negras e negros para serem utilizados como mão de obra escrava na Província do Ceará. Apesar de ter atuado efetivamente no processo de resistência, Tia Simoa foi invisibilizada devido a escrita sexista da história. Tia Simoa representa a resistência feminina e negra e desfaz a falsa afirmativa de que não existem negros e negras no Ceará. Não só existem como resistem.

O desafio de rebater essa afirmativa se dá no não reconhecimento da pertença étnico-racial dos(as) cearenses. Afinal, quem quer ser negro(a) numa sociedade que estereotipa, oprime, abusa e mata pessoas negras? Movimentos como o Pretas Simoa surgem no intuito de fortalecer tais percepções principalmente entre mulheres negras (ARRAES, 2011).

Praticamente não existem documentos que evidenciem a presença de mulheres negras nos processos reivindicatórios e revolucionários, o que não indica que elas não existiram. Dessa forma, o grupo busca dar visibilidade a essas mulheres para que possam ter seus nomes mencionados na história não só do Ceará, mas do Brasil e do mundo.

Denominam-se “mulheres negras empoderadas, atuantes e ativistas na região do Cariri, interior do Ceará”:

Ser uma mulher negra certamente é uma experiência de vida bastante diferente de ser uma mulher branca. As estatísticas de órgãos como IBGE e IPEA e os relatos de vivência de ambos os grupos demonstram essa realidade. Mas a mulher negra nordestina, e ainda cearense, leva sobre seus ombros peculiaridades ainda mais pesadas (ARRAES, 2011, s.p).

Arraes (2011), entrevistou uma das integrantes do grupo para a matéria intitulada “Preta Simoa e a abolição do Ceará: uma história de esquecimento. Falaram sobre diversos assuntos como: motivo da criação do grupo, dificuldade de saber quem foi Tia Simoa, diferenças entre a realidade de mulheres negras do Cariri e de Fortaleza, entre outras questões.

Em Resposta, a entrevista Karla “AgreSilva” Alves fala que muitas integrantes do grupo se encontravam vinculadas a outros movimentos e que a criação do mesmo se deu no encontro e reconhecimento de uma nas outras, principalmente sobre o incomodo que o apagamento da relação entre raça e gênero se manifestava nos movimentos em que faziam parte. Considera que o problema em se saber quem foi Tia Simoa se dá a partir do falso discurso de que não existe negro (a) no Ceará, mas que acredita que o que existe de fato é uma má vontade de se escrever a história como ela realmente é. Poucos são os (as) autores (as) que se atiram por este caminho, o grupo Pretas Simoa objetiva mudar essa realidade. Sobre as diferenças entre mulheres negras do Cariri e as de Fortaleza, Karla pontua:

O principal deles é a distância dos debates intelectuais e das instâncias do poder constituídos, que dificultam nossa representação nos embates políticos que se estabelecem na ceifa dos órgãos institucionais voltados para temática. Em relação às que residem nos grandes centros urbanos essa diferença se potencializa significativamente. Ainda há um agravante no tocante à nossa realidade aqui no Cariri cearense onde atribuem uma formação predominantemente indígena. Ainda estamos na luta pelo direito de ser negra, pois ao nos identificarmos desta forma ouvimos constantemente a “correção” dos moradores locais que, quando não perguntam se somos da Bahia, aconselham que não façamos isso com nós mesmas, pois somos “muito bonitas para sermos negras” (ARRAES, 2011, s.p).

No caso do Pretas Simoa, a invisibilidade do nome da mulher que deu a denominação ao grupo, desenhou para as integrantes a invisibilidade da mulher negra no Ceará. Desde então, estas lutam e resistem para mudar essa realidade que as inquieta (ARRAES, 2011).

Ao acessar seu site, podemos verificar escritos das integrantes: Artigos, poemas e textos em geral. Vemos fotos e vídeos de suas intervenções e ações pelo estado. Podemos encontrá-las ainda em sua página do Facebook também divulgada no *site*.

De acordo com Madeira (2004), o movimento de mulheres negras se apresenta de forma tímida ainda devido a diversos acontecimentos históricos, inclusive sobre a história ser contada hegemonicamente sempre por quem oprime e nunca por quem foi oprimido, mas de certa forma, este tem expandido sua organização. Pondera que existem diversas desigualdades que são estruturantes em nossa sociedade, não só a de classe, por isso devemos atentar igualmente para as de gênero e de raça. É nessa perspectiva que tais movimentos contribuem para que tais dificuldades sejam de uma vez por todas superadas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a importância do recorte racial dentro do movimento feminista, a intenção desta pesquisa foi a de visibilizar o racismo presente na sociedade, com o intuito de demonstrar através dos movimentos feministas negros presentes no estado do Ceará que para tratar tal problemática se faz necessária a elaboração de estratégias, furar bloqueios, expor e denunciar.

Precisamos dar visibilidade a essas mulheres em campos diferentes aos que lhe foram impostos como a servidão e submissão. Ainda que passados anos após o período colonial as consequências do processo de escravidão ainda se perpetuam nos dias de hoje. Mesmo que atualmente seja mais frequente ver a mulher negra em espaços de destaque como: na televisão, na universidade pública, cargos políticos, entre outros lugares, é valido lembrar que o esforço para tal façanha é duplicado

A partir da aproximação com as categorias basilares desse estudo e com os movimentos que constituíram parte do último capítulo, percebemos que o Ceará tem muito no que avançar para romper com a falsa ideia de que não existe negros e negras no estado. É certo que tanto os movimentos citados como outros que discutem a temática contribuem para que essa imagem seja quebrada, mas é necessário que esses se expandam ainda mais.

Percebemos através da pesquisa bibliográfica e documental que a identificação das integrantes foi o fator preponderante para a criação e manutenção dos grupos e coletivos mencionados. Após a união destas, outros fatores vieram à tona, como: discussão sobre a marginalização, encarceramento e a história do povo negro em geral; visibilizar as mulheres negras como parte dessa história; execução de projetos feito por mulheres negras para o auxílio de outras mulheres negras entre outros aspectos.

Além disso, é possível notar que apesar de esses movimentos possuírem semelhanças devido a sua pauta identitária que se mostra enquanto central, eles também podem possuir objetivos diferentes. A exemplo, o primeiro se constrói a partir da necessidade de resistir após o trágico assassinato da vereadora Marielle Franco e busca unir mulheres negras para conhecerem sua história e se juntarem na busca de respostas às suas demandas específicas; o segundo, nasce da união de mulheres de diversas formações e intenta viabilizar acesso à justiça digna à mulheres encarceradas, ao passo que também

trabalha a identificação étnico-racial das mesmas; por fim, o terceiro grupo, que materializa espaços para a visibilidade da mulher negra e inserção destas na história.

De fato, é perceptível que a partir dessas movimentações, as mulheres negras têm estado cada vez mais resistentes, lutando por um lugar justo na sociedade e entendendo seus direitos enquanto cidadã. A inserção da mulher negra em espaços públicos como a universidade, faz com que o conhecimento daquela que sempre foi oprimida e silenciada seja finalmente conhecido e permite que as mesmas sejam protagonistas da sua própria história. Apesar de toda a força que a mulher negra demonstra, é preciso reafirmar que o bem-estar dessas mulheres não depende somente delas, mas que o Estado faça seu papel.

Ao apresentar questões de raça e gênero é comum ouvirmos que isso é um divisor, porém sabemos que a sociedade já é dividida, os divisores são o racismo, capitalismo, sexismo entre outros. Para refletir sobre os aspectos que rondam essa pesquisa é necessário verificar qual a cor das mulheres que mais morrem, quem são as mulheres com tripla jornada de trabalho, qual a cor da pele das mulheres que estão em empregos informais e em condições subalternas. A importância de fazer tal reflexão dar-se por visualizar esse racismo estruturado e combater essa divisão imposta.

Dessa forma, percebemos o quanto é importante discutir este tema, pois verificamos que ainda se fala pouco sobre negros e negras no Ceará, assim como a representatividade feminina negra nos movimentos sociais. E são movimentos como esses que denunciam o racismo e tentam combatê-lo cotidianamente.

Não podemos ser mais pessoas a marginalizarem sua condição social e racial. Precisamos saber como lidar com as especificidades que decorrem da interseccionalidade que as permeia. Assim, se deu a escolha deste assunto para tratar neste Trabalho de Conclusão de Curso e é dessa forma que o finalizamos. Na expectativa de dar visibilidade a estas mulheres e para mostrar que elas não estão no lugar de vítima, mas de revolucionárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Editora Letramento: Justificando. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte/MG. 2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. \_Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.

BERTH, Joice. **O que é Empoderamento?** Editora Letramento: Justificando. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte/MG. 2018.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. LEI DO FEMINICÍDIO. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. IPEA, Instituto econômico de Pesquisa Aplicada. **Dossiê Mulheres Negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Orgs. Mariana Mazzini, Luana Pinheiro, Cristina , Ana Carolina Querino , Danielle Valverde. Brasília, 2013.

BORGES, Rosane; CARNEIRO, Sueli. **Retratos do Brasil Negro.** Coordenada por Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América **Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro V. **Mulheres Plurais:** A Condição Feminina na Primeira República. ISBN-8537300497. 2. ed. Recife: Edições Bagaço, 2005. v. 1. 159p .

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Conselho Federal de Assistentes Sociais (Lei nº 8662/93). Março de 1993.

COLLINS, Patrícia H. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Caxambu. V. 51, 2017.

CRAVEIRO, Adiéli. V.; HANDAM, Karima. O. **Os Novos Movimentos Sociais: uma análise crítica em torno desta temática.** In: I Congresso Internacional de Política Social Serviço Social: desafios contemporâneos, 2015. Congresso Internacional de Política Social Serviço Social: desafios contemporâneos. Londrina, 2015.

DAL MORO, Maristela.; MARQUES, Morena G. A Relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 21, p. 13-47, 2011.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES, Suely F.; MINAYO, Maria C. de S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DURIGUETTO, Maria L.; CISNE, Mirla. Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil. **Ser social**. V. 17, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. EDUSP, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na sociedade de classes**. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols. 655 págs., 1965. 19 Vol. "O legado da raça branca".

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1994.

GOHN, MARIA G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu. V. 16, n. 47, 2011 p.335.

GOMES, Nilma L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Ricardo Henriques. (Org). Educação antiracista: Caminhos abertos pela lei federal no. 10.639/03. Ed. Brasília.

GUIMARÃES, Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. In: **Educação e pesquisa**. São Paulo, Junho 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**. São Paulo, v. 20, n. 20, 2011.

HOOKS, Bell. **Ain't I A Woman Black Women and Feminism**. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo por bell hooks 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

HERNANDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura visual**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

HIRATA, Helena S. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo. V. 26, p. 61-74.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

MADEIRA, Maria Z de A. **Para que política de Ação Afirmativa?** Jornal o Povo. Fortaleza, Maio 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/05/para-que-politica-de-acaoafirmativa.html> Acesso em: 11/07/2019.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras em espaços de poder**. Jornal o Povo. Fortaleza, Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/10/mulheresnegras-em-espacos-de-poder.html> Acesso em 03/08/2019.

MATOS, Maria I. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia. V. 3, 1996.

MATOS, Marlise. 2011. “Despatriarcalizar nosso Jogo Democrático”. In: **Revista Teoria e Debate**. 2011. P. 43-48.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria L. **Estado, classe e movimento social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Núbia R. **Feminismo Negro Brasileiro: Igualdade, Diferença e Representação**. In: Estudos de Gênero e Raça. 31º Encontro da Anpocs. 2007. Caxambu/ MG.

MUNANGA. Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Estudos Avançados. 2003.

MURGEL, Ana C. A. de T. Entre Capitus, Gabrielas, Tigresas e Carolinas: o olhar feminino na canção popular brasileira contemporânea. **Estudos Feministas**. v. 11, 2006.

OLIVEIRA, Franciane da S. S; SANTANA, Iara V. F. de. **Tecendo Negras Liberdades: Experiências e vivências do coletivo de mulheres negras no contexto prisional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 2019, João Pessoa: UFPB, 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência**. 1995.

PESAVENTO, Sandra J. **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru: EDUSC, 2004.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: editora Nós, 2017.

PRIORE, Mary Del. **Historia das Mulheres: as vozes do silêncio**. In Freitas (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 220

RABAY, Gloria F.; CARVALHO, Maria E. P. **Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano**. Democracia, Direitos Humanos e Gênero. Org & Demo, Marília, v.12, n.1, p.81-94, jan./jun., 2011. Disponível em: Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 30, n. 2 – Jul./Dez. 2017 – ISSN online 1981-3082 68 . Acesso em: 11 jan. 2016.

RAGO, Margareth. **Feminismos e História: um encontro com o passado**. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, São Paulo. Anais... julho 2011

\_\_\_\_\_. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, v.11, p.89-98, 1998

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de Fala**. 1ª Edição. Belo Horizonte. Editora Letramento: Justificando Coleção Feminismos Plurais, 2017.

\_\_\_\_\_. **Quem tem medo do feminismo negro?** Belo Horizonte. Editora Letramento, 2016.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, Vera. Mulheres Negras Resistem: protagonismo feminino, negro e nordestino. **Revista Humanidades e Inovação**. V. 6, n. 16, 2019.

SANTOS, Liniane de C. **Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer**: trajetórias que se entrecruzam em resistências a experiência do projeto mulheres negras resistem. Fortaleza – CE, 2018. 70 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza – CE, 2018.

SANTOS, Silvia K. B. M. M. dos. **O que é ser negro no Brasil?** Uma reflexão sobre o processo de construção da identidade do povo brasileiro, 2012.

SARDENBERG, Cecília. Mães e Filhas: Etapas do Ciclo de Vida, Trabalho e Família entre o antigo operariado baiano. **Caderno Crh**, Salvador, Bahia, v. 29, p. 10-15, 1998.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila (1993). Recife: SOS Corpo, 1989.

SCHMIDT, M. A. M. S. ; GARCIA, Tania Maria Figueiredo Braga . Ensino de História na América> uma tradição (re) inventada. Contextos (Santiago), **Un.Metropolitana de C. de Educ**, v. 14, p. 23-33, 2005.

SILVA, Garacilda Alves de Azevedo. **Bangu 100 anos, a fábrica e o bairro**. Rio de Janeiro; Sabiá Produções Artísticas, 1987.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres e História de Gênero - um depoimento. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas/ São Paulo, v. 11, p. 77-87, 1998.